



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**

**ECONOMIAS DO SENTIDO:
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS E A BUSCA POR BEM VIVER**

GUSTAVO CERQUEIRA MENDES DE SOUSA

Rio de Janeiro / RJ

2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL – EICOS**

Gustavo Cerqueira Mendes de Sousa

**ECONOMIAS DO SENTIDO:
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS E A BUSCA POR BEM VIVER**

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora para o Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia

Rio de Janeiro / RJ
2024

CIP - Catalogação na Publicação

C416e CERQUEIRA, GUSTAVO
ECONOMIAS DO SENTIDO: EMPREENDIMENTOS ECONÔMICO
SOLIDÁRIOS E A BUSCA POR BEM VIVER / GUSTAVO
CERQUEIRA. -- Rio de Janeiro, 2024.
83 f.

Orientador: RICARDO LOPES CORREIA.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2024.

1. ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2. EMPREENDIMENTOS
ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS. 3. BEM VIVER. 4. COOPERAÇÃO.
5. PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES. I. CORREIA,
RICARDO LOPES, orient. II. Título.

Gustavo Cerqueira Mendes de Sousa

**ECONOMIAS DO SENTIDO:
EMPREENHIMENTOS ECONÔMICO-SOLIDÁRIOS E A BUSCA POR BEM VIVER**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia

Aprovada em 05/04/2024.

Prof. Dr. Ricardo Lopes Correia (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Prof. Dr. Gustavo Mendes de Melo (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Prof. Dr. Flávio Chedid Henriques (Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a meus e minhas ancestrais, que abriram caminho para eu estar hoje aqui.

À minha avó Purífica, por me inspirar com a doçura no olhar, sua força e as tantas histórias das muitas aventuras de sua vida. Em memória, agradeço à minha avó Gildete pelo apoio, carinho e por cuidar de mim quando eu ainda não podia.

À minha mãe Vilma e ao meu pai Hilton, por terem sido porto seguro em tantos momentos e sempre me apoiado a me tornar eu mesmo.

À minha companheira Luciana, pela paciência, compreensão e escuta permanente.

Agradeço aos parceiros e amigos da AAPOP, em especial César e Maurília, por acreditarem no projeto desde o começo e por seguirem lutando por um mundo que vale a pena ser vivido.

À universidade pública por se manter incansável no exercício de formação e transformação de realidades e, em especial, à UFRJ e ao programa EICOS, por criarem cotidianamente uma nova proposta de academia, ampla, diversa e mais próxima da vida real. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio concedido, tão fundamental à realização desta pesquisa.

Ao meu incansável orientador Ricardo, pelas tantas trocas e confluências que ajudaram a transformar ideias em palavras, e desenvolvimento em envolvimento.

Por fim, agradeço à minha filha Iara, por iluminar meus dias com seu sorriso de raio de sol e por me fazer olhar para frente e sonhar novos começos.

CERQUEIRA, Gustavo. **Economias do sentido: empreendimentos solidários e a busca por bem viver**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Orientador: Ricardo Lopes Correia. Rio de Janeiro, 2024.

RESUMO

O capitalismo globalizado, articulado com as outras formas de poder moderno, como o colonialismo e o patriarcado nos conduziram a uma profunda crise civilizatória, refletida no aumento sem precedentes da desigualdade social e na devastação ambiental. Em paralelo, novas formas de organização contracoloniais, pautadas na colaboração e na solidariedade ganham forma, corpo e território. Um conjunto de iniciativas econômicas dissidentes tem surgido nos últimos anos, frente à urgência de se colocar em práticas estratégicas para reduzir a pobreza e a exploração. Esta pesquisa traça uma investigação participativa da AAPOP, empreendimento econômico-solidário que atua na produção orgânica e agroecológica de alimentos em Paraty (RJ). Seu objetivo principal é investigar as práticas e ações do coletivo que contribuem com a promoção de alternativas econômicas justas e solidárias, estimulam modelos de ação locais e conduzem a caminhos de Bem Viver de sujeitos e comunidades.

Palavras-chave: empreendimentos econômico-solidários, economia solidária, bem viver, cooperação, psicossociologia de comunidades.

CERQUEIRA, Gustavo. **Economies of Meaning: Solidarity Enterprises and the Search for Good Living**. Dissertation (Master's). Postgraduate Program in Community Psychosociology and Social Ecology (EICOS), Federal University of Rio de Janeiro, UFRJ. Advisor: Ricardo Lopes Correia. Rio de Janeiro, 2024.

ABSTRACT

Globalized capitalism, articulated with other forms of modern power, such as colonialism and patriarchy, have led us to a deep civilizational crisis, reflected in an unprecedented increase in social inequality and environmental devastation. In parallel, new countercolonial forms of organization, based on collaboration and solidarity, are taking shape, body, and territory. A set of dissident economic initiatives has emerged in recent years, facing the urgency to create strategies that can reduce poverty and exploitation. This research traces a participatory investigation of AAPOP, a solidarity-based economic enterprise that operates in the organic and agroecological production of food in Paraty (RJ). Its main objective is to investigate the practices and actions of the collective that contribute to the promotion of fair and solidarity-based economic alternatives, stimulate local action models, and lead to paths of Good Living for individuals and communities.

Keywords: solidarity-based enterprises, solidarity economy, good living, cooperation, community psychosociology.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
INTRODUÇÃO.....	12
I - DO DESENVOLVIMENTO GLOBALIZADO ÀS ECONOMIAS DO SENTIDO.....	17
1.1. O mito do desenvolvimento econômico.....	17
1.2. As Economias do Sentido.....	23
1.2.1. <i>Economia Solidária, Empreendimentos Econômico-Solidários e Redes.....</i>	<i>25</i>
1.2.2. <i>Os Sítios Simbólicos de Pertencimento.....</i>	<i>28</i>
1.2.3. <i>Contracolonialidade: Biointeração e Bem Viver.....</i>	<i>30</i>
II - O CAMPO E SEUS PARTICIPANTES: A AAPOP.....	35
III - DOS OBJETIVOS AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1. Objetivo geral.....	39
3.2. Objetivos específicos.....	39
3.3. Procedimentos metodológicos.....	39
3.4. Procedimentos éticos.....	43
IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	44
4.1. Biointeratividade: Alimentação e Cultura Orgânica.....	45
4.2. Cultura de Cooperação: Práticas Solidárias.....	48
4.3. Transmissão de Saberes: A Autoformação.....	52
4.4. Confluências: AAPOP, Práticas Coletivas e as Economias do Sentido.....	54
V - CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXOS.....	73
APÊNDICES.....	76

Inventaram o "alimento orgânico". Ora, isso que compra no supermercado com o selo de "orgânico" é um produto, às vezes sem veneno, mas não é algo orgânico. Não é produzido pelo saber orgânico, não é voltado para a vida. Se um quilo de carne orgânica é muito caro, o pobre não pode comprar; e se o pobre não pode comer, não é orgânico. Orgânico é aquilo que todas as vidas podem acessar.

O que as vidas não podem acessar não é orgânico, é mercadoria - com ou sem veneno.

Em homenagem a Antônio Bispo do Santos, o Nego Bispo (1959-2023).

APRESENTAÇÃO

Nasci na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1984. O Brasil respirava então novos ares. O movimento *Diretas Já* estava nas ruas e exigia a derrubada da ditadura militar, assim como o retorno das eleições presidenciais após um hiato de vinte anos. A promessa da democracia alargava os sorrisos e o futuro tinha gosto de esperança.

Minha chegada à terra começa neste tempo e encontra lugar na Rua Sizenando Nabuco, pequena rua da parte urbanizada do bairro de Manguinhos (RJ), uma comunidade marcada pela violência e pelo abandono do poder público. Neto de migrantes, cresci bem perto de minhas avós, encontrando no feminino uma forte referência desde sempre. De um lado, minha avó portuguesa, que aqui chegou fugindo de outra ditadura em além-mar, e trazendo na mala alguns Cruzeiros e o sonho de uma terra nova, de progresso e oportunidades. Do outro, minha avó baiana, que partiu de Alagoinhas, dos interiores. Como muitas filhas e filhos do Nordeste brasileiro, saiu ainda jovem em busca das oportunidades que o Rio de Janeiro, capital naquela época, prometia.

Ao longo de minha infância, mudei com pai e mãe para o bairro da Penha e, na sequência, para a Ilha do Governador, até que aos treze anos pegamos a estrada rumo à cidade de São Paulo. Contrariando as expectativas e aproveitando um momento de esperança e crescimento econômico nacional, meus pais conseguiram furar algumas das tantas barreiras sociais que se erguiam à sua frente, e chegaram à sonhada classe média. Assim, fui crescendo entre a cultura do subúrbio carioca e a da classe média emergente paulistana. Na caminhada, ia tentando encontrar algum sentido neste salto entre mundos, que me pareciam tão próximos e naturais, mas que eram ao mesmo tempo tão distantes entre si. As flagrantes desigualdades sociais marcaram meu olhar na infância.

Na capital paulista, vivi minha adolescência e minha entrada no mundo adulto. Tive a oportunidade de estudar Psicologia e logo comecei a me envolver com projetos sociais. Como muitos jovens sonhadores, queria ajudar as pessoas, mudar o mundo. Mas a capital me deixava inquieto e quem mudou primeiro fui eu mesmo. Era preciso sair de São Paulo para voltar a pisar na terra.

Viajei Brasil adentro, passando pela periferia de grandes centros urbanos, pela zona rural dos interiores brasileiros e por comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas. Tive a

oportunidade de me inspirar e de descobrir muitos caminhos, culturas e tradições brasileiras, que nem imaginava existir. Pelas comunidades, fiz vínculos e aprendi também os valores de cooperação e parceria, base de muitas práticas e expressões. Ainda, pude conhecer alguns países irmãos de nossa América Latina, como Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina, Cuba.

Em 2016, após anos de estrada, cheguei a Paraty. Localizado no extremo sul do estado do Rio de Janeiro, o município é famoso pela beleza de seu litoral, por seu passado colonial e sua herança arquitetônica. Assim como pela intensa vida cultural que pulsa na vida cotidiana, nas celebrações e nos eventos do território, e também nos eventos que chegaram de fora trazendo novos sons, pessoas, olhares e leituras.

No entanto, a realidade cotidiana de seus mais de 40 mil habitantes é um pouco mais complexa do que a beleza apresentada aos milhares de visitantes que chegam por lá todos os anos. A zona urbana representa menos de 20% do território, que é composto também pela zona costeira e rural, abrigando diferentes núcleos populacionais e uma diversidade de povos e comunidades tradicionais, como caiçaras, indígenas e quilombolas.

Para além da beleza cênica de suas praias, ilhas e patrimônio arquitetônico, o município de Paraty enfrenta um grave quadro de problemas estruturais, como acesso a saneamento básico, transporte, educação, especulação imobiliária e gentrificação, dentre outros. O quadro se agrava ainda mais ao considerarmos dados ligados à violência. No Mapa da Violência 2016, Paraty aparece como a cidade com maior número de homicídios por arma de fogo do estado do Rio de Janeiro e figura entre as cinquenta cidades brasileiras com mais mortes desse tipo. Suas vítimas são, sobretudo, jovens, os mais vulneráveis nesse cenário.

Toda essa complexidade do território é um desafio na consecução de políticas públicas eficazes. Ademais, com a crise econômica e sanitária instaurada com a pandemia de covid-19, somada a atitudes políticas ausentes ou pouco eficientes, são notáveis a crescente desigualdade e a redução de oportunidades.

Imerso em uma nova localidade, retomo minha trajetória profissional para pensar possíveis caminhos de ação e colaboração. Desde a graduação, assumi a frente da educação popular e desenvolvi oficinas de comunicação e cidadania em organizações sociais de base, em escolas públicas e comunidades tradicionais. Atuei na formação de redes entre organizações locais. Fui a Pernambuco, cheguei à Amazônia, rodei Minas Gerais. E aos interesses que tinha por educação, culturas e grupos, surgiu a Economia. Não exatamente por

prazer, mas por urgência. Em um mundo no qual todas as decisões, sejam políticas, coletivas ou individuais são atravessadas pela questão do Capital, me pareceu inevitável entender mais sobre o tema, para poder atuar na construção de modelos alternativos de sociabilidade e de relações de trabalho, que contribuíssem realmente com a ampliação do acesso a oportunidades de futuro.

Após quinze anos distante da academia, regressei ao mestrado. Minha entrada na universidade foi, contudo, atravessada por um novo período obscuro da história do Brasil. Um golpe político, a ascensão de um governo autoritário e a pandemia de covid-19, causaram profunda insegurança e ampliaram as desigualdades latentes em nosso país continental. Não obstante as muitas dificuldades enfrentadas nos últimos anos, consegui dar sequência e me envolver na realização de uma pesquisa engajada, em constante interação com o campo e comprometida com meu fazer cotidiano.

Após algumas investigações práticas no campo econômico, colaborei com a criação de uma moeda social, uma iniciativa de microcrédito e cocriei a Imbé, uma articuladora de negócios comunitários de Paraty que tem por objetivos apoiar empreendimentos comunitários, promover oportunidades educativas e fomentar redes de cooperação solidária.

Na prática da Imbé e no contato com produtores, empreendedores e associações locais, a pesquisa sobre práticas econômicas dissidentes foi aos poucos ganhando forma. Optei por acompanhar um empreendimento solidário do território, e investigar as ações e práticas por ele conduzidas que inspiram: suas *ferramentas de futuro* (Lito e Cerqueira, 2023). Aquelas, praticadas cotidianamente pelos membros do coletivo e que são formadas pelos saberes, valores e práticas comuns, que favorecem a construção de outras ideias sociais e econômicas, e que atuam em maior consonância com a vida e a proposta de Bem Viver.

Mais do que nunca, olhar para as experiências locais parece fundamental para se entender problemas globais. Assim, acredito que conhecer soluções e estratégias de comunidades e iniciativas locais pode apoiar iniciativas locais de outros territórios, assim como contribuir na formulação de ações e políticas públicas estatais e não-estatais. Com este olhar para o singular, espero realizar uma pesquisa plural e diversa, que seja mais uma semente a velhas e novas utopias.

INTRODUÇÃO

A minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim. É importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como uma metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros. (Krenak, 2019, p.13)

Vivemos uma crise civilizatória sem precedentes. Desde meados do século passado, o crescimento da pobreza, da violência e da exclusão, somados à irreversível destruição de nossas florestas e bens naturais, atesta a falência dos atuais modelos econômicos, políticos e sociais. O capitalismo globalizado e sua versão neoliberal tem contribuído para ampliar desigualdades e aprofundar a crise climática, na mesma medida em que enriquece cada vez mais um pequeno e seleto grupo de atores globais e conglomerados internacionais, como assinala Dowbor (2017).

Ao longo das últimas décadas, a ideia de que o desenvolvimento econômico medido pelo PIB interno de cada país seria suficiente para se garantir bem-estar social e equilíbrio planetário tem revelado suas fissuras e fraquezas. Na contramão do bem-estar, o que se observa na prática é um modelo econômico baseado no consumo, no lucro e na acumulação, que agrava desigualdades e torna imperiosa a necessidade de redefinição de prioridades de desenvolvimento, assim como novas políticas e práticas econômicas e sociais.

Muitíssimas pessoas só trabalham e produzem pensando em consumir, mas, ao mesmo tempo, vivem na insatisfação permanente de suas necessidades. Produção e consumo se tornam, assim, uma espiral interminável, esgotando os recursos naturais de maneira irracional e acirrando ainda mais as tensões criadas pelas desigualdades sociais". (Acosta, 2016, p. 36).

Para que a utopia de imaginar novos mundos seja possível, faz-se necessário revisitar as bases epistemológicas, teóricas e políticas que sustentam o pensamento e o fazer do ser humano ocidental moderno. Esta renovação epistemológica exige, de fato, uma superação de valores e modelos fundantes da sociedade ocidental, como são exemplo o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Como ilustra o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, "Isto significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas. Ela requer, de facto, um pensamento alternativo de alternativas." (Santos, 2007, p. 20).

Como brasileiro e sulamericano, falo, penso e escrevo a partir de um determinado contexto. Esclarecer este contexto - ainda que em um sobrevoo panorâmico - foi o objetivo da apresentação inicial que abre minha dissertação. Para alguns, essa parte pode até parecer dispensável. Entretanto, conforme busco justificar e defender ao longo desta pesquisa, revelar os contextos e territórios sociais e culturais é condição fundamental para se entender os modos de produção de conhecimento. Afinal, devemos concordar que a crise do capitalismo global no interior do estado do Rio de Janeiro é vivida de modo bem diferente aqui do que em uma cidade nos alpes europeus, ou em uma comunidade ribeirinha da Amazônia peruana.

A perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis. Daí o interesse dessa perspectiva pela geopolítica do conhecimento, ou seja, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto o produz, para quem o produz. (Santos, 2021, p.56)

Faço assim diálogos entre minhas considerações e as epistemologias do Sul, buscando inspiração nos saberes e experiências de meu tempo-lugar. Este conjunto de saberes e práticas do Sul global são com frequência ignorados (quando não exterminados) pelos países colonialistas e supostamente "*desenvolvidos*". No entanto, estes inscrevem novas possibilidades de ver e imaginar o mundo, que podem lançar importantes contribuições à construção de novas formas de organização social e práticas políticas.

As epistemologias do Sul são um conjunto de procedimentos que procuram reconhecer e validar o conhecimento produzido por aqueles que têm sofrido as injustiças, a opressão e a dominação causadas pelo colonialismo, pelo capitalismo e pelo hetero-patriarcado. As epistemologias do Sul denunciam, por um lado, as intervenções epistemológicas que geraram a supressão de saberes ao longo dos últimos séculos, fruto da imposição da norma epistemológica dominante; por outro lado, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido, e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. (Santos, 2021, p. 47).

Se os modelos de desenvolvimento atuais são em parte causa, em parte consequência do colapso atual, sua reinvenção passa pela compreensão de que eles também são apenas uma dentre tantas formas de se enxergar o mundo. Assim, é essencial legitimar a diversidade de propostas, ideias e princípios que não apenas apontam para outras formas de desenvolvimento como, em parte, questionam a própria ideia de que o desenvolvimento, como definido pelo Norte global, é o único caminho no horizonte. "Se o desenvolvimento trata de 'ocidentalizar' a

vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o 'Outro'." (Acosta, 2016, p. 82).

Um olhar atento para nosso passado revela que, ao longo da história, expressões afirmativas de uma cultura de parceria e colaboração rapidamente produziram grande resistência e repressão por parte das instituições, elites e grupos hegemônicos interessados na manutenção da ordem e do *status quo*. (Eisler, 2007). Não é de se surpreender então, que a real transformação das bases sociais não virá gratuitamente, tampouco será ofertada pelos representantes políticos de uma sociedade baseada na dominação e na apropriação.

Seja qual for a situação que enfrentamos, podemos escolher nossa resposta. Quando enfrentamos desafios esmagadores, provavelmente podemos sentir que nossas ações não contam muito. No entanto, o tipo de respostas que damos a eles e o quanto acreditamos que elas fazem diferença são moldadas pelo modo como pensamos e sentimos sobre a esperança. (Macy E Johnstone, 2020, p. 3)

Como apontam Macy e Johnstone (2020), a realização de uma grande virada global para um modelo de parceria, que valoriza e sustenta a vida na Terra já começou a acontecer, a partir de ações conduzidas por inúmeros grupos da sociedade civil organizada. Por entre as rachaduras do modelo de sociabilidade atual, começam a surgir outros modelos, orientados pela construção de redes de cooperação solidária e com valores pautados na solidariedade, horizontalidade e respeito ao ambiente. São grupos que começam a colocar em prática pequenas revoluções cotidianas na direção de um mundo mais promissor, por seu modo de pensar, seus valores, seus modos de agir e de consumir, assim como na forma de se relacionar em suas comunidades. Grupos e iniciativas que mantêm ativa a esperança de adiar o fim do mundo, ao buscar construir renovadas relações humanas e realizar no cotidiano táticas de promoção de Bem Viver, de valorização da vida e de direito ao território.

Coletivos da sociedade civil já atuam na promoção de ações de defesa e garantia de direitos, redução da pobreza e da desigualdade, na promoção de bem viver comunitário e em ações de desenvolvimento social, econômico e ambiental de forma participativa e mais equilibrada. Práticas e iniciativas ligadas à agroecologia, turismo de base comunitária, redes de consumo e economia local, permacultura, construções ecológicas e finanças sociais, dentre tantas outras, têm ganhado destaque como propostas de soluções a problemas sociais e ambientais contemporâneos.

A promoção de práticas econômicas locais e a articulação de redes solidárias traz ao debate do desenvolvimento e do campo econômico uma nova configuração de forças, que se propõe a pensar as intervenções sociais de dentro para fora. Pequenos coletivos de produtores, empreendimentos econômico-solidários e negócios de impacto socioambiental passam a formar um ecossistema comprometido com a construção de uma sociedade mais igualitária, que preza pela justiça social e que inclui a periferia, respeitando a diversidade de povos e culturas (Pessanha, 2021). Iniciativas desta natureza têm sido exemplos importantes de geração de oportunidades e promoção de políticas sociais em áreas vulneráveis. São exemplos as iniciativas que estimulam redes de economia local e, assim, assumem um papel imprescindível na construção de atividades locais, cuidando de indivíduos, comunidades e do ambiente ao longo do processo.

Aos poucos, estas iniciativas também crescem, e se organizam em coletivo. As redes de colaboração solidárias têm se consolidado como uma proposta alternativa de produção econômica, em oposição ao capitalismo globalizado e à ideia de desenvolvimento baseada exclusivamente na produção, no consumo e na acumulação (Mance, 1999). Estas iniciativas se articulam em rede com a intenção de construir um renovado contrato social, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas.

Em meio a este cenário de iniciativas contra-hegemônicas que propõem alternativas de produção, de trabalho e de vida, nasce o problema desta pesquisa. Com base nas considerações acima, parto da hipótese de que empreendimentos econômico-solidários são iniciativas comunitárias que colocam em prática ações coletivas voltadas a uma economia ao mesmo tempo solidária, justa e não-violenta. Por um lado, estes buscam formas de oferecer respostas às crises e, em paralelo, desenvolvem ações *dissidentes*, que rompem com a lógica do mercado e que contribuem no surgimento de alternativas ao desenvolvimento.

Com isso em perspectiva, minha questão de pesquisa é investigar quais são as ações e estratégias coletivas capazes de promover Bem Viver e práticas econômicas equilibradas a partir dos saberes locais. Situado em Paraty, busco estas respostas acompanhando como observador participante o cotidiano de uma organização solidária atuante no território, a AAPOP - a Associação Agroecológica de Produtores Rurais de Paraty. Para tecer o fio da pesquisa, o texto está estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, abordo o tema do desenvolvimento, desde sua primeira formulação até suas alternativas contracoloniais. Na parte inicial, apresento um panorama histórico do tema, começando pelas tentativas de se consolidar um modelo único de desenvolvimento, exportado para todos os povos. De forma breve, são consideradas algumas perspectivas mais atuais, como desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano e desenvolvimento local participativo. No segundo bloco, são debatidas as principais referências conceituais que sustentam a ideia de múltiplas Economias do Sentido. Aqui, dou início pela discussão de conceitos centrais da Economia Solidária para apresentar, na sequência, a teoria dos Sítios Locais de Pertencimento, desenvolvida pelo economista marroquino e diretor do Grupo de Pesquisa sobre Economias Locais¹, Hassan Zaoual. O capítulo se encerra com reflexões contracoloniais, que são transversais e presentes na maioria das formulações e ideias discutidas nesta dissertação. São elas a Biointeração, germinada pelo ativista quilombola Antônio Bispo dos Santos; e o Bem Viver, conceito inspirado na cosmologia indígena e que traz ao debate pensamentos alternativos sobre nossa relação com o mundo e com a prática econômica.

No segundo capítulo, a ênfase está no campo e em seus participantes. Aqui, apresento um histórico e uma descrição da Associação Agroecológica de Produtores Rurais de Paraty, a AAPOP. O terceiro capítulo, por sua vez, traz os objetivos e procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Por último, o quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa e sua discussão, buscando refletir sobre as contribuições do campo e responder às questões de pesquisa, sob a luz dos referenciais teóricos adotados.

¹ Tradução do autor. O nome original do grupo em francês é Groupe de Recherche sur les Économies Locales (GREL).

I - DO DESENVOLVIMENTO GLOBALIZADO ÀS ECONOMIAS DO SENTIDO

1.1. O mito do desenvolvimento econômico

A questão do desenvolvimento é, sem dúvida, um dos temas de maior debate e importância ao longo do século XX, como destaca Enríquez (2010). Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o discurso do desenvolvimento começou a ocupar espaço central no debate de políticos, economistas e sociólogos. Surgiram assim um conjunto de formulações e apostas teóricas, sobre possíveis rumos para se fortalecer as bases produtivas e promover um uso contínuo de recursos naturais. Em meio aos muitos conflitos e disputas geopolíticas em curso, o debate era sempre orientado rumo ao desejado crescimento econômico.

O discurso de Harry Truman, então presidente dos Estados Unidos da América, no ano de 1949 frente ao Congresso Nacional, é considerado um importante marco institucional para a questão do desenvolvimento. Ao dar início a seu segundo mandato, o líder de Estado definiu a maior parte do planeta como "subdesenvolvida", em contraste com poucas nações industrializadas, em especial as norte-americanas e europeias que estariam no topo da escala civilizatória. Em poucas palavras, Truman estabeleceu as bases que pavimentaram o desenvolvimento como um imperativo global, a partir da qual todas as sociedades de diferentes contextos e realidades psicossociais, culturais e econômicas deveriam seguir um único caminho, a fim de alcançar o ideal difundido pelos modelos representados pelas potências globais à época (Acosta, 2016).

Por sua vez, a Guerra Fria (1947-1991) provocou uma dicotomia política e ideológica entre as nações do mundo moderno, marcada pelo enfrentamento entre países capitalistas e comunistas. Em meio a estes dois mundos em oposição, surgiu pela primeira vez na história o termo "Terceiro Mundo", com o objetivo de representar as nações e regiões do planeta às margens, em especial a África, a América Latina e partes da Ásia. Muito além de uma simples categorização de organizações geográficas distintas, o que sucedeu foi uma nova face do imperialismo, marcada por uma disputa intensa pela dominação e apropriação de novos territórios, considerados atrasados ou selvagens para as epistemes do norte industrializado.

Na corrente do "progresso", vieram à tona um conjunto de manuais, projetos, propostas e, inclusive, instituições especializadas em financiar e apoiar o desenvolvimento nas regiões consideradas periféricas, notadamente o Sul Global. São alguns exemplos históricos a

criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, assim como as muitas violentas intervenções militares que supostamente queriam estabelecer bases democráticas nos países do Sul para assegurar suas propostas de desenvolvimento.

As políticas ortodoxas de desenvolvimento conduzidas até a primeira metade do século XX repetiram a história de exploração vivida durante séculos na América Latina. Estas defendiam a apropriação de bens e recursos naturais em larga escala, como impulso necessário ao processo de desenvolvimento industrial. A relação com os chamados países pobres (porém ricos em bens e recursos naturais) passa a novamente ser de apropriação, quando não de usurpação, baseada na importação em larga escala de natureza para seu processamento nos polos industrializados.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: sua terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (Galeano, 2011, p.18)

Enríquez (2010) destaca que a criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal)², em 1948, inaugura uma corrente de pensamento latinoamericana própria, marcada pela ampliação de visões mais tradicionais e puramente econômicas, passando então a considerar também alguns aspectos sociais e políticos. Nasce nessa época o "estruturalismo", proposta que defendia reformas estruturais na política econômica, assim como medidas sociais, questionando a exclusiva importação dos recursos naturais para o mercado internacional e propondo bases para um processo próprio de industrialização nacional. Nas décadas seguintes, sucedem novas propostas de desenvolvimento, como a teoria da dependência, que entende o subdesenvolvimento como a outra face do desenvolvimento de países ricos, sendo assim um fenômeno sistêmico e uma parte integrante da própria natureza do sistema capitalista.

Como apresenta Enríquez (2010), no Brasil, as contribuições do economista brasileiro Celso Furtado e de sua obra *O mito do desenvolvimento econômico*, foram fundamentais na construção das bases que questionavam a importação de um modelo universal de desenvolvimento, calcado no mito do progresso. As oligarquias brasileiras e o controle da

² Em 1984, com a inclusão dos países do Caribe, a denominação da Cepal passou a integrá-los com o novo nome de *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe*.

terra foram elementos importantes no entendimento de como a modernização brasileira assistia a um rápido crescimento da urbanização sem, no entanto, promover efetiva distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida da grande maioria da população.

No Brasil, devido à concentração de terra e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos da produtividade beneficiaram, principalmente, uma pequena minoria. (...). Assim, a característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Portanto, a durabilidade do sistema baseia-se gradualmente na capacidade dos grupos dirigentes de suprimir todas as formas de oposição que o seu caráter antissocial tende a estimular. (Enríquez, 2010, p. 61-62)

Ao fazer uma análise do campo teórico, Acosta (2016) aponta que ao longo das décadas seguintes, um vasto conjunto de teorias econômicas emergiu, a grande maioria se apresentando como revisão contestadora dos modelos anteriores e fazendo algumas críticas às propostas de desenvolvimento tradicional. Apesar da relevância e importância de suas críticas, estas ideias não lograram se articular entre si e pouco prosperaram. Assim, as ideias de desenvolvimento convencional mantiveram seu protagonismo e os processos de industrialização e modernização caminharam para um acelerado processo de acumulação global, tendo como contrapartida uma ampliação das desigualdades de renda, acesso e oportunidades, somada a uma irrefletida utilização de bens e recursos naturais (Acosta, 2016).

Entre as décadas de 1970 e 1980, ganha força uma versão ainda mais sangrenta e violenta do capitalismo: o neoliberalismo. Baseado nos princípios do liberalismo clássico, o neoliberalismo acentua a importância da autonomia do mercado na regulação econômica, defendendo abertura comercial, privatizações sem critério e uma reduzida (a nula) intervenção estatal. O resultado não poderia ser mais desastroso. Ao reduzir o tamanho e o papel do Estado, são também reduzidas as ações de interesse público. Ampliam-se os mecanismos de produção de desigualdade social, a pobreza e a miséria chegam a níveis alarmantes ao redor do globo e a especulação e intermediação financeira passam a dominar os processos produtivos. A concentração de renda e riqueza atinge níveis obscenos, expressos em aberrações como a de que oito indivíduos concentram mais da metade da riqueza mundial, enquanto milhões passam fome (Dowbor, 2017). Com seus limites e frustrações rapidamente reconhecidos, o neoliberalismo passa a ser contestado e criticado.

Ao final do século XX, começam a surgir em paralelo um conjunto de novas alternativas e propostas (Enríquez, 2010). Com o amadurecimento de temas socioambientais,

a literatura acadêmica e popular passa a produzir renovadas propostas de desenvolvimento, que ampliam seu escopo para além da dimensão econômica, passando a considerar aspectos da vida social, cultural e ambiental. São alguns exemplos os conceitos de ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento endógeno. Para Maciel e Ritter (2005), dois importantes eventos marcam a elaboração e difusão de novos ideais sobre desenvolvimento. A Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, é considerada a primeira ocasião em que o termo ecodesenvolvimento, posteriormente aprofundado por Ignacy Sachs, foi utilizado. Já o conceito de desenvolvimento sustentável é inicialmente formulado no Relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland e publicado em 1987 durante a Assembléia Geral das Nações Unidas. O documento apresenta uma agenda global para mudanças e ganha destaque internacional especialmente após a Conferência ECO-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Ignacy Sachs, economista polonês e naturalizado francês, é considerado uma das mais importantes referências na elaboração do conceito de desenvolvimento sustentável. Ao longo de sua produção acadêmica, a questão do desenvolvimento assumiu diferentes nomes para o autor: ecodesenvolvimento, desenvolvimento includente, endógeno e, por fim, desenvolvimento sustentável, conceito que nos anos seguintes se tornou um denominador comum às diferentes propostas alternativas de desenvolvimento (Enríquez, 2010). Em linhas gerais, Sachs considera o desenvolvimento como conceito multidimensional, apoiado em cinco pilares: social, ambiental, econômico, territorial e político. Como destaca Carvalho (2005), as primeiras elaborações teóricas de Sachs compreendiam a proposta de incentivos ao desenvolvimento, visando assegurar a autonomia e a satisfação de necessidades fundamentais de determinada população. Para isso, ele defendia a importância do uso de tecnologias adequadas à realidade de cada população, assim como o estabelecimento de critérios de prudência ecológica.

Para o autor, o subdesenvolvimento seria o resultado da tentativa de reprodução por parte dos países do hemisfério sul dos padrões de desenvolvimento dos países ricos, sem o exercício criativo de busca de novas soluções. Em trabalhos mais recentes, se dedica à elaboração de um conjunto de critérios e princípios que operacionalizam a promoção do desenvolvimento includente e sustentável, como o planejamento de estratégias participativas calcadas em práticas solidárias, e que consideram o contexto local de cada *ecozona* ou eco-região (Sachs, 1986).

Outra importante referência que atualiza o debate contemporâneo sobre desenvolvimento é o economista indiano Amartya Sen. Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1988, sua obra é considerada como uma importante contribuição no resgate da dimensão ética em meio à discussão de questões de natureza econômica.

De forma geral, Sen (2000) defende que a expansão das liberdades deve ser tanto o fim como o meio do desenvolvimento. O principal objetivo do desenvolvimento, desta maneira, deve ser contribuir à redução das privações e ampliar as escolhas que cada pessoa desfruta no seio de sua comunidade. Sua obra, assim como a de Sachs, amplia a noção de desenvolvimento para além do crescimento econômico, chamando atenção para fatores como saúde, educação e igualdade de gênero, consideradas liberdades substanciais. Estas liberdades, em meio a outras, correspondem a importantes indicadores para a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelas Nações Unidas. O objetivo do IDH é consolidar uma possibilidade de avaliação multicriterial de desenvolvimento focada nas pessoas, em contraposição ao Produto Interno Bruto (PIB), que avalia exclusivamente a produção de bens e serviços.

As ideias de Sachs e Sen, assim como de inúmeros pesquisadores recentes inauguram um marco na discussão do desenvolvimento e ampliam em definitivo seus horizontes. Assim, ideias ortodoxas e que consideram o desenvolvimento enquanto um processo linear, expresso exclusivamente em termos de crescimento econômico, passam a ser cada vez mais questionadas. Novas categorias são pensadas, como a de inclusão social, ampliação de oportunidades, preservação ambiental e justiça social.

A obra de ambos os autores problematiza a inevitabilidade da produção e da acumulação econômica, proposta por modelos convencionais de desenvolvimento. Deste modo, suas ideias inspiraram o campo emergente do desenvolvimento local participativo. Aqui, o foco é a participação, sem abandonar as intersecções entre sustentabilidade, meio ambiente e cultura. O campo de ideias quanto a desenvolvimento local participativo é relativamente recente e a terminologia vem sendo construída na teoria e na prática, como apresenta Ávila (2006):

(...) a concepção de Desenvolvimento Local (como processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro-para-fora da própria comunidade-localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de sujeito e não de mero objeto-mesmo-que-participante desse processo) só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada (...)" (p. 138)

O desenvolvimento local, pensado de forma participativa e como um movimento de dentro para fora, tem sido um importante tema de pesquisa e uma alternativa desenvolvida por atores sociais do Sul global para retomar o centro do debate e o protagonismo na decisão do que deve ser entendido e priorizado em determinada localidade. A seu respeito, Passoni e Garcia (2007) oferecem a seguinte definição:

O Desenvolvimento Local Participativo corresponde ao conjunto das ações que acontecem a partir do território, com o envolvimento direto da população, tendo como resultado a criação de riqueza e a dinamização da economia, a geração de trabalho e renda e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. (p.5)

Como se pode constatar na definição acima, ainda que o envolvimento local ganhe evidência, o foco na criação de riqueza, geração de renda e na dinamização da economia não é abandonado por completo. Por este motivo, autores como Zaoual (2006) e Acosta (2016) problematizam se o desenvolvimento local participativo, ao ser considerado dentro da dimensão importada de desenvolvimento do norte global, realmente corresponde a uma proposta alternativa.

Na perspectiva destes autores, ainda que propostas recentes critiquem modelos de desenvolvimento convencionais e ofereçam novos caminhos e considerações ao tema, muitas vezes estas mantêm o entendimento do crescimento econômico como elemento inexorável, assim como necessário para a superação das desigualdades sociais.

A retomada no Sul e no Norte sobre o "desenvolvimento" através da noção de desenvolvimento local não esclarece os enigmas que se formam. (...) Tal como foi instituído na sociedade de economia de mercado, o desenvolvimento pode ser concebido somente enquanto conceito econômico. É sinônimo de uma sociedade que o mercado organiza segundo suas próprias regras canônicas. É também uma cultura de domínio e de dominação sem fim, cujo agulhão é a concorrência e o lucro (Zaoual, 2006, p.182-183).

Nestes termos, Acosta (2016) defende que muitos dos novos modelos não superam a base predatória de relações sociais, ancorada na concentração indefinida e irrestrita de recursos. Em outras palavras, na esteira das reflexões contemporâneas sobre desenvolvimento, novas ferramentas e indicadores são introduzidos, mas o conceito nuclear do desenvolvimento segue inalterado.

Assim, ainda que propostas de desenvolvimento local participativo tenham como genuína intenção a consideração de interesses locais e comunitários, a ausência de reflexões críticas e criteriosas quanto aos caminhos pavimentados representa um perigo real de se repetir uma fórmula caduca, que em nada altera a engrenagem de crescimento irrefreado e irrefletido já conhecida a partir dos modelos convencionais de desenvolvimento.

Será possível escaparmos do fantasma do desenvolvimento? A grande tarefa, sem dúvida, é construir não apenas novas utopias, mas também a possibilidade de imaginá-las, tendo o pós-capitalismo - e não apenas o pós-neoliberalismo - como horizonte (Acosta, 2016, p. 64-65).

1.2. As Economias do Sentido

É tão difícil imaginar o fim do capitalismo como imaginar que o capitalismo não tenha fim (Santos, 2022).

Em meio à crise estabelecida no campo das políticas de desenvolvimento, sujeitos, comunidades e territórios constroem cotidianamente suas alternativas e estratégias de sobrevivência, com a intenção de restabelecer sentidos à prática econômica. Como apresenta Frigotto (s.d), “novas categorias e conceitos como economia de sobrevivência, economia solidária, economia associativa e popular, buscam expressar uma heterogênea e complexa rede de formação de geração de sobrevivência” (apud Mance, 1999, p. 163).

Ao se pesquisar na atualidade sobre novas práticas econômicas, é notável a existência de uma grande diversidade de conceitos que detalham ou apresentam distintas práticas ou alternativas econômicas. A multiplicidade de termos, no entanto, leva em muitos casos a dúvida, ou então contribui com uma certa mistificação do próprio campo emancipatório de lutas sociais, exigindo permanente cuidado.

Com efeito, devido à urgência dos problemas de desemprego e de exclusão que assolam o planeta, surgiu um vocabulário proliferante sobre as alternativas ou eventuais correções: *economia informal, setor não estruturado, economia subterrânea, economia da reciprocidade, economia comunitária, economia solidária e alternativa, terceiro setor, setor quaternário, economia plural, sistema de trocas locais etc.* A isso, é preciso acrescentar as novas leituras da economia de mercado, em particular as que se baseiam na abordagem das instituições e das convenções e emendam o modelo padrão ou chegam a questioná-lo. (...) Tudo isso gera perturbações paradigmáticas e semânticas. Nem sempre sabemos do que estamos falando (Zaoual, 2006, p. 175-176).

As **epistemologias do sul**, neste caso, podem - e devem - ser assumidas como bússola orientadora. Ao buscar caminhos alternativos de construção de alternativas, nossa direção é guiada por e para iniciativas que integram o diverso, o plural e o comum. Práticas coletivas, forjadas em sua maioria, nas lutas e narrativas daqueles que são comumente excluídos dos processos decisórios, e que devem ser assumidos como os principais protagonistas de sua própria história. Dentre as propostas, conceitos e ferramentas emergentes que ajudaram a reconhecer e identificar as Economias do Sentido, destaco a Economia Solidária, a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (Zaoual, 2006) e as perspectivas contracoloniais do Bem Viver e da Biointeração (Santos, 2015).

Como defende Silva (2012), a efetiva construção de outros sentidos econômicos requer que as experiências se desvinculem do capitalismo. Ou melhor: que se desvinculem de sua ética. Assim, para que sejam uma guia consistente na formação de novos paradigmas, as experiências e práticas aqui consideradas integram o plural, o diverso e o local, assim como a instabilidade, a ambivalência e as contradições dos fenômenos sociais. (Zaoual, 2010). São as **economias dissidentes**, termo cunhado por Hassan Zaoual (2006) e que reúne um conjunto de práticas desenvolvidas no sul Global, em países da América Latina, África e algumas partes da Ásia.

Enquanto os fracassos das políticas públicas macroeconômicas assolam os países do sul e enclaves no norte, nascem, nesse mesmo contexto, alternativas informais que estimulam a criatividade e a possibilidade de emergência não regular, não científica, não matemática dos sítios como lugares (Silva, 2012).

Ao investigar a história recente dos movimentos sociais latinoamericanos e particularmente brasileiros, é impossível desconsiderar as experiências nascidas no âmbito da Economia Solidária (ECOSOL), uma das mais relevantes expressões das lutas democráticas na construção de outro paradigma de economia e de sociedade. Talvez a mais sólida e perene representante de uma proposta econômica dissidente, a Economia Solidária ganha vivência e materialidade a partir dos Empreendimentos Econômico-Solidários (EES), como é exemplo a Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos (AAPOP), de Paraty, participantes desta pesquisa. O próximo subcapítulo é dedicado a uma breve apresentação do histórico, valores, expressões e derivações da ECOSOL.

1.2.1. Economia Solidária, Empreendimentos Econômico-Solidários e Redes

A Economia Solidária, de acordo com Laville (2009), tem como raízes históricas um conjunto de experiências cooperativas da classe operária europeia, datadas de meados do século XX. Neste momento, estas experiências emergem como alternativas ao modelo de desenvolvimento capitalista e são marcadas pela construção de formas associadas de trabalho e pela crítica à divisão social do trabalho.

No Brasil, as experiências de Economia Solidária começam a ganhar forma e destaque a partir da década de 1980, como uma "alternativa ao combate à pobreza e à miséria, através da promoção de condições básicas inerentes à sobrevivência dos indivíduos excluídos da economia e do sistema de proteção social do Estado." (Ferreira, 2019, p.24).

A Economia Solidária expressa um novo modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão e a cooperação em empreendimentos coletivos, redes e cadeias solidárias articuladas no âmbito de segmentos econômicos. Ao considerar o ser humano na sua integralidade, como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária desenvolve as capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, valoriza o associativismo, o trabalho das mulheres e de outros setores excluídos da sociedade, expressando um novo modelo de desenvolvimento sustentável e solidário (Singer, 2013, p.2).

Paul Singer (Áustria, 1932 - Brasil, 2018), economista e doutor em Sociologia, destaca-se como uma das principais referências e um dos precursores no Brasil no campo da Economia Solidária. De acordo com o autor, a Economia Solidária no Brasil emerge como uma resposta concreta de trabalhadores e trabalhadoras às condições de exclusão e exploração vividas no exercício diário de suas atividades (Singer, 2005). O aprofundamento da crise econômica e do desemprego é assim um dos principais impulsionadores ao desenvolvimento de experiências coletivas de trabalho e produção, frente às muitas inseguranças do mercado de trabalho convencional.

Criada no ano de 2003, logo no início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) teve como objetivos difundir e apoiar iniciativas econômicas associativas e cooperativas por todo o Brasil, como destaca Singer (2004), secretário responsável pela pasta entre os anos de 2003 e 2016. Após o golpe parlamentar, a secretaria é significativamente reduzida e, por fim, é extinta no ano de 2019. Recentemente, no ano de 2023, a secretaria foi recriada com o nome de Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária.

Em sua apresentação institucional, a SENAES define economia solidária como o conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão de seus participantes, incluindo atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito (Lima, 2013).

Nesta direção, a Economia Solidária propõe uma forma de organização do trabalho que resgata a dimensão humana, considera o contexto social e econômico e se fundamenta em relações de cooperação, confiança e solidariedade (Lima, 2013). Seus princípios são a autogestão, a cooperação, a solidariedade, a democracia, a valorização do saber local e o respeito à natureza.

Tendo por base estes princípios, um conjunto plural de organizações e coletivos da sociedade civil no Brasil se articulou em torno da Economia Solidária. Cooperativas, associações, clubes de trocas, fundos de crédito e mesmo fundações e entidades de fomento são alguns exemplos. São estes os Empreendimentos Econômico-Solidários (EES), organizações de naturezas diversas, que têm como pontos comuns sua natureza associativa e autogestionária, assim como o desenvolvimento de atividades que proporcionem geração de renda, inclusão social e a promoção de desenvolvimento justo e sustentável.

Na atualidade, organizações multilaterais e não-governamentais utilizam uma vasta nomenclatura para designar negócios locais que propõem renovados modelos econômicos. Negócios Sociais, Negócios de Impacto, Negócios de Impacto Social e Ambiental, Startups e Empreendimentos Econômico-Solidários são alguns exemplos de termos amplamente utilizados, por vezes com definições similares, outras radicalmente distintas.

(...) é importante pontuar que, diferente de uma *startup*, ou seja, uma organização temporária formada para buscar um modelo de negócio escalável, os negócios comunitários têm a sua gênese na construção de uma força coletiva de unidades produtoras que compartilham recursos de um mesmo território. A busca por um modelo de negócio sustentável (e não necessariamente *escalável*) constitui aqui o meio para outros objetivos finais, que irão variar dependendo do contexto, níveis de maturidade e visão de futuro da organização (Brandão, s.d., s/p).

Para os fins da presente pesquisa, foi privilegiado o uso do termo empreendimento solidário, ou então, Empreendimento Econômico-Solidário (EES). A escolha é motivada por uma orientação político-pedagógica, uma vez que o termo em questão é o que mais se

aproxima do campo das lutas e movimentos populares no Brasil, além de englobar uma diversidade de organizações, inclusive, sem representação ou formalização jurídica.

Considerou-se assim como ação prioritária nesta pesquisa a identificação e reconhecimento de iniciativas socioeconômicas coletivas, que atuam na promoção de cooperação entre trabalhadores ou produtores, com a intenção de viabilizar atividades de produção, venda, consumo e/ou prestação de serviços (Mello, 2023). Estas iniciativas podem estar localizadas nas áreas urbanas e rurais e tem, com frequência, a produção familiar ou suprafamiliar em pequenos grupos como forma de oportunizar inclusão social e processos de desenvolvimento local ou territorial de forma saudável e sustentável. São iniciativas que expressam práticas pós-capitalistas e que rompem com o mercado de trabalho tradicional, no permanente esforço de (re)criação das condições básicas de trabalho, a partir da vivência em coletivo.

Ao se considerar o trabalho coletivo e associado, a proposta de redes solidárias parece uma derivação natural. Ao nos conectarmos em uma rede, estabelecemos uma ligação entre pontos, tanto individuais como coletivos. Esta união acontece para atingir objetivos ou interesses comuns, que podem ser alcançados a partir da interação dentro da própria rede.

Uma característica fundamental das redes é sua capacidade de promover conectividade, a partir da transição de um padrão de organização centralizado, que pressupõe hierarquia de processos e informações, para um padrão mais distribuído, que permite circulação, colaboração e ligação entre diferentes pontos (Franco, 2013). As redes existem e são formadas há centenas de anos, tendo exercido papel fundamental na formação de comunidades e na própria sobrevivência de nossa espécie.

Estar em rede – social, cultural, econômica, política – é (ou sempre foi) uma das condições de possibilidade de nossa convivência neste mundo, dada a necessidade (ou a obrigatoriedade) da contínua constituição de grupos comuns (ou comunidades) em limitados espaços e simultâneos tempos. A reflexão sobre este tema, na atualidade, portanto, não se sustenta somente a partir da discussão de nossa capacidade de nos constituirmos enquanto nós de possíveis redes, mas também de como as novas tecnologias de comunicação e informação (chamadas de NTCI 3) permitem ou facilitam que os nós estabeleçam rápidas e contínuas interconexões para o alcance de objetivos comuns (Rocha, 2005).

Euclides Mance, filósofo e sócio-fundador do Instituto Filosofia da Libertação (IFiL), é outra importante referência no campo da economia solidária e no tema de redes de colaboração entre empreendimentos associados no Brasil. Ao longo de sua obra, o autor

destaca a importância das redes e conexões entre empreendimentos econômico solidários como um fator decisivo na construção de práticas pós-capitalistas e pós-globais. Segundo Mance (1999), a colaboração solidária é:

(...) uma estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implementação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de retroalimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (p.203)

O consumo solidário, assim como a organização coletiva de formas de produção e distribuição de produtos e serviços é defendida por Mance (1999) como a mais eficaz estratégia de construção de uma alternativa viável pós-capitalista. Dentre outros pontos, o autor defende a articulação local independente do Estado como a base de uma revolução econômica, política e cultural.

(...) as redes de colaboração solidária são a melhor maneira de promover a preservação dos ecossistemas, desenvolvendo-se atividades autossustentáveis locais, havendo um crescimento do poder político e cultural contra a degradação ambiental, que se generalizou por toda a parte com o capitalismo e se acentuou com o neoliberalismo (Mance, 1999, p. 161).

A organização em redes, de forma articulada e colaborativa, é uma prática relevante na superação da lógica unificadora do *homo economicus*, segundo a qual todas as dimensões da vida humana podem e devem ser traduzidas em valor econômico (Ruiz, 2020). Em contraponto a este, apresenta-se o *homo situs*, o homem vivo concreto (Zaoual, 2006).

Na sequência, passamos à teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, um dos principais referenciais teóricos para nossa discussão. A noção de sítios íntegra, de forma atual e renovada, as noções de sujeito, empreendedorismo e território.

1.2.2. Os Sítios Simbólicos de Pertencimento

Nos últimos quarenta anos, presenciamos um expressivo conjunto de projetos e experiências de desenvolvimento, trazidos de fora e implementados nos países do Sul Global. Após décadas de observação, o que se verifica é que tais tentativas, incluídas aqui as desenvolvidas por agências de apoio e fomento internacional, repetiram a importação de modelos do norte global, sendo introduzidas forçosamente sem estabelecer relação com os

espaços locais (Zaoual, 2006). Como destaca Zaoual (2010), ao final estas transferências de conceitos, modelos e instituições econômicas de um espaço ao outro resultaram em um enorme fracasso, e em alguns sítios chegaram até mesmo a ampliar desigualdades.

Devido a lógicas próprias de produção da existência, regiões como a América Latina demonstram uma enorme diversidade econômica, incapaz de ser descrita e apreendida pelo mercado e por soluções universais. Zaoual (2006) defende que a economia formal é incapaz de acomodar - ou, por vezes, entender - a diversidade de símbolos e trajetórias que existem e resistem na dimensão local das territorialidades.

O vazio deixado pelo mercado convencional é então preenchido por um número expressivo de atividades econômicas, iniciativas autônomas desenvolvidas por populações locais e que nadam contra a corrente. Aproveitando as brechas, novas economias se configuram dinamicamente em criativos arranjos locais, guiadas por uma lógica própria. No interior das culturas híbridas, tão características da formação identitária na América Latina (Canclini, 2006), emergem dissidências.

Em oposição ao ultrapassado *homo economicus*, símbolo maior do modelo neoliberal, Zaoual (2006) oferece a ideia de *homo situs* - o homem vivo concreto. Conceito central no pensamento do autor, o homem concreto considera a multiplicidade de dimensões do comportamento humano e dá devido reconhecimento ao papel dos contextos locais. Esse argumento é a base da proposta teórica dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (Zaoual, 2010).

Como cosmovisão do mundo, o sítio marca profundamente os comportamentos individuais e coletivos que se observam no mundo real. A teoria do sítio confere singularidades a cada espaço vivido e a cada situação de sua evolução. Em outros termos, o comportamento econômico, de acordo com o modelo do *homo situs*, é decifrável em toda a sua profundidade apenas se a pluralidade das motivações do agente e da dinâmica de seu sítio são consideradas. (p. 25)

O abismo entre ideais civilizatórios e a realidade dos territórios exemplifica a urgência de novas epistemes e práticas na formulação de políticas públicas que prezam pela valorização da vida e do ser humano. Neste sentido, Simoni (2011) ao considerar as ideias de Zaoaul, afirma que:

Ele valoriza o reconhecimento de que cada ser humano tem um sistema de crenças herdado e que influencia a sua trajetória individual e coletiva. O fruto do território imaginário, essa entidade imaterial, é o sítio de pertencimento, no qual as ações geram uma organização vinculada a uma ética e a uma finalidade social e coletiva. Ao trazer à luz essa reflexão, Zaoual prioriza o reconhecimento da solidariedade e da reciprocidade existentes na complexidade humana, esquecidas pela economia de mercado individualista, violenta e excludente (p.182).

Ao descrever a natureza dos sítios, o autor destaca que esse é formado por três dimensões. A primeira, nomeada como uma espécie de *caixa preta*, inclui os mitos fundadores, as crenças, valores e as experiências ancestrais do grupo em questão. Em paralelo, temos uma *caixa conceitual*, que inclui o saber social e é formada pelos conhecimentos teóricos e empíricos. Por último, o sítio inclui uma *caixa de ferramentas* que contém as técnicas, modos de organização e o saber-fazer de determinado grupo (Zaoual, 2006).

Assim, constituem o cadinho da identidade para as pessoas; são *comunidades de sentido*, sistemas de pertencimento etc. Os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida: relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo etc. Antes de se materializar nos feitos e gestos dos atores ou em qualquer outra materialidade visível a olho nu, os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamentos para os indivíduos e suas organizações sociais (Zaoual, 2006, p. 34).

O sítio é assim uma realidade imaterial, viva e plena de conteúdos simbólicos, que permeia todo o conjunto da vida (Zaoual, 2010). Com a ideia dos sítios simbólicos, Zaoual coloca ênfase em uma renovada proposta de economia, que se afasta do paradigma mecanicista ou reducionista e vai na direção de compreender a totalidade do território, valorizando a autonomia dos povos nas decisões. Ali, no contexto próprio do sítio, a contracolonialidade se manifesta. Vozes insurgentes, emaranhadas e enraizadas em suas histórias e trajetórias, exigem e criam novos paradigmas.

1.2.3. Contracolonialidade: Biointeração e Bem Viver

Na esteira dos pensamentos e saberes pós-globais, um conjunto de epistemes locais vêm abrindo brechas e ganhando espaço dentro da academia e dos espaços oficiais de produção de conhecimento da sociedade moderna. Um marco importante nesta conquista foi o

projeto Encontro de Saberes (ES), iniciado na Universidade de Brasília no ano de 2010 e que propõe um diálogo entre as ciências clássicas do ocidente e os saberes territorializados.

O Projeto é a realização concreta e efetiva de uma proposta descolonizadora do pensamento e da prática acadêmica no âmbito do ensino superior e da pesquisa. O foco deste movimento é a inclusão dos mestres e mestras dos saberes dos povos tradicionais, indígenas, afro-brasileiros, quilombolas e das culturas populares como docentes nas universidades em disciplinas regulares (Carvalho e Vianna, 2020).

O projeto-piloto foi iniciado a partir de uma proposta da Câmara Interministerial de Educação e Cultura regulamentada no ano de 2007, que previa a inclusão de mestres de ofício e artes tradicionais nos vários níveis de ensino³. Após essa iniciativa pioneira, o projeto foi incorporado nos anos seguintes a mais de dez universidades federais e estaduais. Dessa forma, os encontros de saberes contribuem na revisão e atualização das universidades e do aclamado saber acadêmico, aproximando-se das comunidades locais e integrando aspectos como docência, pesquisa, liderança, sabedoria tecnologia, arte e espiritualidade, entre outros.

Um dos mestres de saberes participantes do projeto foi o lavrador e intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo. Relator de pensamentos e saberes, como gostava de ser chamado, suas contribuições políticas e acadêmicas foram imensuráveis, reforçando a importância da oralidade, dos saberes da terra e das manifestações coletivas. Suas ideias no âmbito dos estudos decoloniais, incluem a revisão e reestruturação de diversos conceitos, incluindo-se aqui a própria decolonialidade (Porfírio e Oliveira, 2021).

Se você foi colonizado e isso te incomoda, você vai precisar lutar para se descolonizar e descolonizar os seus. Isso é a função da decolonialidade. Eu sou quilombola, eu não fui colonizado. Porque, se eu tivesse sido colonizado, eu seria um negro incluído na sociedade brasileira. Então, no meu caso, eu tenho que contracolonizar – contrariar o colonialismo (Santos, 2023b).

E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (Santos 2015, p.48)

De acordo com o autor, o processo de colonização teve (e ainda tem) como características principais a desterritorialização, a quebra da identidade e a imposição de novos modos de vida e nomes ao ser que se pretende colonizar (Santos, 2023a).

³ Informações retiradas da página oficial do Encontro de Saberes - Incti CNPq UnB, disponível em: <https://www.tumblr.com/encontrodesaberes>

Assim, em atividade de resistência, o autor aprofunda sua crítica a certos conceitos do mundo colonial ocidental. É o caso, por exemplo, de desenvolvimento sustentável, que aparece como uma resposta da sociedade do consumo ao (...) "problema do uso indiscriminado de recursos naturais finitos e não renováveis nos processos de sintetização e de manufaturamento, característicos do desenvolvimentismo" (Santos, 2015). Para Bispo, tal proposta não questiona a verdadeira natureza do problema. Afinal, a mesma sociedade que produz é a que estimula que os objetos sejam reutilizados ou reciclados, sem chegar a questionar se a produção, lá atrás, era de fato necessária. Um exemplo são as garrafas plásticas, que representam um processo de conversão da natureza em um objeto sintético que não pode ser assimilado pela vida orgânica, mas que segue com sua produção como fenômeno inexorável e inquestionável nas sociedades modernas.

Para contracolonizar, o autor defende a necessidade de se enfeitiçar a língua, semear e germinar palavras novas. Desse modo, em contraponto à ideia de desenvolvimento sustentável, ele propõe a Biointeração (Santos, 2015), como expressão da relação orgânica e autêntica com a vida, em oposição às relações sintéticas que são estabelecidas nas cidades. Em vez de reciclar, a biointeração entende como processo a reedição da natureza, por meio de fluxos orgânicos que respeitam os ciclos naturais e que entendem o humano integrado ao cosmos, e não como algo apartado do ambiente.

Biointeração é "guardar o peixe nas águas, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo", é viver, conviver e aprender com a mata, com o chão, com as águas, com o vento, com a lua, com o sol, com as pessoas, com os animais. É transformar o trabalho em vida, arte e poesia. (Souza, 2015, p.113)

O pensamento de Nêgo Bispo, tão atual quanto necessário, encontra ressonância com vozes e ideias de muitos povos que, frente às variadas tentativas de colonização, seguem praticando seus modos de vida. Suas ideias confluem assim com uma ampla gama de cosmologias, conhecimentos e práticas de povos originários e comunidades tradicionais. É o caso, por exemplo, do Bem Viver, conceito que nasce da cosmovisão de povos indígenas e que se afirma como uma possibilidade de contraponto à racionalidade capitalista.

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas da vida (Acosta, 2016, p. 33)

Alberto Acosta, economista e político equatoriano, tem sido uma das principais vozes a favor do Bem Viver na atualidade. O autor foi um dos principais idealizadores da Revolução Cidadã e do movimento que inclui o *Buen Vivir*, os Direitos da Natureza e a plurinacionalidade na Constituição equatoriana, promulgada no ano de 2008 (Turino, 2016). Seus escritos representam um esforço de sistematizar e divulgar o Bem Viver enquanto uma proposta concreta de produção de alternativas pós-capitalistas, tendo por inspiração as lutas e modos de vida indígenas e populares.

Conceito em construção contínua, o Bem Viver emerge das comunidades indígenas para se apresentar às sociedades ocidentais como uma proposta alternativa de futuros possíveis. *Buen Vivir*, em espanhol, é uma interpretação de termos como *sumak kawsay*, de origem quíchua e *suma qamaña*, dos povos Aymara (Brasil F. e Brasil M., 2013). No Brasil, encontramos paralelos com termos dos povos Guarani, como *teko porã* (Regazzoni, 2010).

Em comum, os termos compreendem a ação de viver bem, em plenitude. Merino (2013) fala em "bem conviver", como forma de trazer a alteridade com o outro de forma clara. Dentre as possibilidades de interpretação e tradução, ressalta-se a importância de se diferenciar bem viver de "viver melhor", tão característico da sociedade de consumo. Nas palavras de Acosta (2016), "Recordemos que, para que alguns possam 'viver melhor', milhões de pessoas tiveram e têm de viver mal".

O paradigma do Viver Bem ensina-nos não a viver melhor, mas sim a viver bem com menos. Ele precisa ser um marco na educação. Precisamos criar uma ética de Viver Bem e reconstruir um pensamento e uma forma de vida mais comunitária, com outras formas de repensar as relações interpessoais e a economia, um equilíbrio entre a cultura da Mãe Terra, em que complementaridade ou a reciprocidade sejam as duas faces de uma mesma moeda. (Arkonada, 2010, p. 13).

Se, por um lado, a ideia de Bem Viver nasce dos povos originários, suas práticas não estão de forma alguma circunscritas a eles. Pelo contrário, a proposta refere-se a um vasto conjunto de narrativas, anseios e lutas, que anseiam por uma revisão (contracolonial) de valores e práticas capitalistas, a partir da premissa básica de construir outros modos de vida que não são pautados pela acumulação de recursos e bens (Santos, 2021).

Ao questionar a própria ideia de que o desenvolvimento seja um modelo a ser seguido imperiosamente por todas as nações do planeta (Acosta, 2016), o Bem Viver igualmente se opõe à dominação e prevalência do ser humano sobre as demais espécies e sobre o ambiente

natural. Nesse sentido, o autor apresenta a Natureza como sujeito de direitos. Tal prerrogativa reconhece que para além do ser humano, a Natureza é também elemento vivo e sua consideração deve ser condicionante ao desenho de políticas e ações orgânicas, ligadas ao território.

Por sua vez, ao buscarmos aproximações do Bem Viver ao campo da economia, partimos da ideia que essa tarefa só é possível enquanto um projeto de economia para a vida. Se, por um lado, as propostas de desenvolvimento econômico são radicalmente opostas à noção de Bem Viver, a experiência de povos indígenas nos ensina sobre outras formas de relacionamento econômico, baseadas na solidariedade e na reciprocidade (Acosta, 2016).

Em sua pesquisa, Acosta levanta uma diversidade de práticas dessa natureza, como são exemplos a *minga*, que envolve ajuda recíproca em um ambiente comunitário; a *uynanza*, que representa uma ação de doação em agradecimento a famílias que emprestaram sua força de trabalho ou a *waki*, que envolve a entrega de terras para outra família cultivar e termina com uma distribuição da produção entre os participantes (2016). Ao buscar inspiração nas práticas acima, a tarefa reside em evitar uma transferência de conceitos similar àquela realizada pelo norte global na exportação de propostas de desenvolvimento. O desafio aqui é pensar quais ações e práticas de Bem Viver podem ser criadas em diálogo e a partir do sítio simbólico de pertencimento.

É bem possível que algumas das ideias apresentadas pela perspectiva do Bem Viver nos pareçam distantes, ou mesmo irrealis, especialmente quando pensamos em resultados práticos a curto prazo. Seu debate, entretanto, é antes de tudo um convite para que possamos retomar a capacidade de sonhar e de imaginar outros mundos e futuros possíveis.

O Bem Viver será, então, uma tarefa de (re)construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. O Bem Viver apresenta-se como uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida (Acosta, 2016, p. 69).

Sobretudo, o Bem Viver é uma oportunidade para pensarmos um horizonte estratégico e tomar decisões no presente que sigam na direção desejada. Como afirma Bonin (2015, s/p), "A importância do paradigma do Bem Viver não está na realização imediata de uma ruptura, mas na retomada de um horizonte – um futuro com justiça e igualdade".

II - O CAMPO E SEUS PARTICIPANTES: A AAPOP

A Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty (AAPOP) é um empreendimento econômico-solidário ligado à produção de alimentos, registrado e atuante no município de Paraty, Rio de Janeiro.

Neste tópico, o objetivo é realizar uma breve contextualização do campo e dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Os dados levantados nesta etapa integram observações do pesquisador, a partir do envolvimento com coletivos e empreendimentos locais de base comunitária na cidade de Paraty somados à reunião de relatos e documentos ao longo do processo de pesquisa. Assim, espera-se localizar o(a) leitor(a) no campo de pesquisa, assim como apresentar a associação, seu histórico e suas particularidades.

A AAPOP foi registrada formalmente em 2017, como uma sociedade associativa, de natureza civil e sem fins lucrativos. Contudo, a primeira formação do grupo remonta a algum momento entre 2014 e 2015, de acordo com o relato de um dos sócio-fundadores. Nesta época, ainda com o nome de Coletivo Agroecológico de Paraty (CAP), a iniciativa reuniu produtoras e produtores rurais representantes da agricultura familiar no município, com a intenção de promover um espaço de confluências e compartilhamentos, que fortalecesse a produção familiar, agroecológica e orgânica entre produtores individuais.

No ano de 2016, a AAPOP aprova seu estatuto social com doze associados (Estatuto AAPOP, 2016) e apresenta os seguintes objetivos:

1. Promover uma agricultura que proporcione benefícios para agricultores e sociedade nos âmbitos econômicos, sociais e ambientais;
2. Oferecer produtos saudáveis para a população, e que sejam isentos de contaminantes intencionais;
3. Elevar o nível de renda e qualidade de vida dos associados;
4. Destacar a importância de se realizar uma agricultura sustentável, priorizando a relação do homem com o meio ambiente;
5. Avaliar a aplicação de recursos financeiros, de acordo com os objetivos acordados em assembleia;
6. Contribuir para a melhoria dos serviços de transporte, beneficiamento e assistência adequada para melhoria de qualidade e aumento da produção e produtividades dos associados, assegurando os princípios da agricultura orgânica.

De acordo com o relato de seus sócio-fundadores, em seus primeiros anos a AAPOP se estabeleceu como um movimento associativo de articulação entre produtores, promovendo a realização de mutirões, troca de mudas e sementes, assim como espaços de partilha e troca de informações. Os mutirões são descritos por seus associados como um importante eixo de atuação do grupo, configurando a consolidação de uma rede de apoio mútuo.

As atividades de mutirão foram interrompidas no início do ano de 2020, devido ao contexto de pandemia de covid-19 e as medidas de isolamento social decorrentes. Após um hiato de quase quatro anos, os mutirões foram novamente retomados no início do ano de 2024.

Nos anos seguintes, a associação passou a buscar apoio jurídico a seus membros. O apoio trouxe a alguns a regularização enquanto produtores rurais e a outros, a conquista da aposentadoria rural. Ademais, a AAPOP passou a ter como uma de suas principais atividades a comercialização coletiva de produtos orgânicos e agroecológicos. Desde então, a associação desenvolveu duas estratégias de venda e distribuição, ativas até os dias de hoje: a comercialização de alimentos para a merenda escolar do município e a participação na Feira de Agricultura Familiar e Economia Criativa.

O programa Escola de Comer foi criado em Paraty no ano de 2015. A iniciativa, alinhada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), teve como objetivos principais oferecer uma alimentação escolar saudável e promover ações de educação alimentar a estudantes da rede pública de ensino básico. De acordo com a definição apresentada no site da organização, "o programa Escola de Comer de Paraty reúne voluntários, professores, merendeiras, nutricionistas e agricultores familiares em um grande esforço para garantir merenda de qualidade para os alunos da rede pública do município"⁴. Com o programa, hortaliças, legumes, ovos, frutas e verduras produzidas no âmbito da agricultura familiar passaram a ser compradas pela Prefeitura Municipal de Paraty por meio de licitações anuais e depois distribuídas aos mais de seis mil alunos da rede municipal de ensino⁵.

Por sua vez, o projeto da Feira de Agricultura Familiar e Economia Criativa teve início no ano de 2018. A Feira, organizada no estacionamento do Mercado do Produtor Rural de Paraty, nasceu como uma realização conjunta da prefeitura local e da Emater-Rio,

⁴ Dados obtidos na página oficial do programa, disponível em: <http://escoladecomer.com.br/o-programa/>.

⁵ Dados oficiais obtidos na página da Prefeitura Municipal de Paraty, encontrados em: <https://www.paraty.rj.gov.br/informativo/noticias/programa-nacional-de-alimentacao-escolar>.

contando com a participação de coletivos locais, dentre eles a AAPOP, o Coletivo de Economia Solidária, a AgroForquilha e um grupo de produtores independentes⁶.

Com o projeto sancionado através da lei 2143/2018, o espaço físico do mercado re-existiu e passou a ter seu estacionamento ocupado por produtores locais, inicialmente com periodicidade quinzenal. Conforme texto da própria lei, em seu artigo segundo, o espaço destina-se à comercialização de "frutas, legumes, hortaliças em geral, produtos da lavoura e derivados, leite e derivados, aves, pescados, animais de pequeno porte, ovos, mel, flores, plantas ornamentais, artesanato e gêneros da agroindústria artesanal, produzidos exclusivamente por agricultores familiares, empreendedores familiares rurais, empreendedores econômico solidários e produtores individuais residentes em Paraty ⁷ (...)".

A participação de membros da AAPOP na Feira aconteceu desde seu início em 2018, com a oferta de alimentos orgânicos em um espaço próprio localizado nos fundos do Mercado do Produtor Rural. A partir de 2023, o coletivo passou a ocupar também uma das barracas externas montadas no estacionamento em frente ao Mercado, como estratégia para ter maior visibilidade nas feiras, que hoje acontecem semanalmente.

Quanto à sua participação na entrega de alimentos para a merenda escolar, no início esta aconteceu de forma individual, com cada agricultor entrando por conta própria nas chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar. Gradualmente, o programa passou a priorizar a compra de alimentos orgânicos e agroecológicos ao invés de produtos da agricultura convencional. Ainda, passou a priorizar também a compra de associações, cooperativas e grupos de comunidades tradicionais quilombolas e indígenas sobre produtores individuais.

No ano de 2022, a AAPOP entrou pela primeira vez como proponente coletiva, integrando produtos de vários de seus agricultores associados para a entrega de orgânicos na merenda escolar. Em seu primeiro ano, a licitação previa um limite de R\$20.000,00 (vinte mil reais) anuais por agricultor associado. Já no ano seguinte, em 2023, o valor da licitação foi dobrado, passando para R\$40.000,00 (quarenta mil reais) ao ano. Com o aumento, o coletivo tem hoje debatido estratégias para ampliar sua produção e vendas, investindo em projetos e

⁶ Informações consultadas em portal online de notícias locais, disponíveis em: <https://www.portalcostaazul.com/single-post/2018/04/12/paraty-tem-1%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-da-feira-da-agricultura-familiar>.

⁷ Informações extraídas da lei municipal 2143/2018, disponível em: https://paraty.rj.leg.br/camaraparaty/painel/Leis/2018/lei_ordinaria_2143_2018.pdf

parcerias que possibilitem também a entrega de produtos processados em agroindústrias familiares ou de pequeno porte, como são exemplo a mariola (doce de banana) e a banana passa.

Desde sua fundação, a AAPOP teve a saída de alguns de seus sócio-fundadores por motivos diversos, incluindo a aposentadoria de alguns membros, divergências entre participantes e a saída por adoção de técnicas de plantio convencionais. Nos últimos anos, o grupo reduziu consideravelmente, chegando a ficar com apenas sete produtores associados. Atualmente, em 2024, o grupo voltou a crescer com a chegada de quatro novos integrantes, e voltou a ter doze associados. Um dado interessante é que destes novos membros, três são mais jovens, com idades entre 25 e 35 anos, familiares de membros fundadores.

III - DOS OBJETIVOS AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Objetivo geral

Investigar as ações coletivas desenvolvidas pela AAPOP, empreendimento econômico-solidário de Paraty, que contribuem com a construção de práticas econômicas alternativas e promovem Bem Viver.

3.2. Objetivos específicos

- Realizar um diagnóstico participativo das forças, oportunidades, desafios e ameaças da associação;
- Identificar as práticas de colaboração solidária presentes no cotidiano da associação;

3.3. Procedimentos metodológicos

O presente estudo trata-se de uma pesquisa participante, com inspirações e inclinações na Investigação-Ação-Participante (IAP) de Orlando Fals Borda (1972) e se insere no campo da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

No âmbito da pesquisa social, a investigação parte de uma abordagem qualitativa, baseada na integração dos referenciais teóricos e da revisão bibliográfica com o levantamento de informações a partir do campo e das experiências do território.

Brandão (2006) defende que a pesquisa participante é uma ferramenta científica, política e pedagógica de produção compartilhada de conhecimento, correspondendo a um instrumento que considera os atores sociais não apenas como participantes coadjuvantes, mas como parte ativa e fundamental do processo de pesquisa.

Para atingir seus objetivos, a pesquisa se propôs ao acompanhamento de um empreendimento econômico-solidário que atua de forma cooperativa, como procedimento metodológico para conhecer de forma próxima e situada seus integrantes, suas práticas e valores. A decisão de qual empreendimento participaria da pesquisa foi orientada pelo trabalho já desenvolvido pelo pesquisador no território com organizações sociais de base e com empreendimentos comunitários. Assim, a escolha levou em consideração o

conhecimento prévio do campo e a escuta dos EES de natureza associativa que relataram a necessidade de apoio técnico e teórico na organização de suas ações.

Neste contexto, chegamos à AAPOP (Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty), coletivo de agricultores familiares com produção orgânica. Suas principais atividades atualmente são o fornecimento de alimentos para a merenda escolar no município e a participação contínua no Mercado do Produtor Rural e na Feira da Agricultura Familiar e da Economia Criativa, que ocorre semanalmente. O grupo tem atuação consolidada no município há 10 anos e, recentemente, tem buscado apoio para a gestão, comunicação e planejamento de suas atividades a curto, médio e longo prazo.

A relação do pesquisador com o EES participante teve início no primeiro semestre de 2020, com uma parceria para apoiar a comercialização e distribuição de cestas de alimentos orgânicos durante o período mais agudo da pandemia de covid-19. Após o aceite da organização em participar da pesquisa, a condição de observador participante foi acordada entre as partes e incluiu o acompanhamento de encontros e reuniões do coletivo, reuniões com parceiros e apoiadores, visitas aos sítios e espaços de produção, visitas à Feira, participação no grupo de mensagens virtuais da associação, acompanhamento e participação em espaços de formação, além de incluir inúmeras conversas informais com membros da associação.

A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sendo o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica (Correia, 1999, p. 31).

Para assegurar o registro de dados durante o processo, foi utilizado o diário de campo como suporte para os registros vivenciados pelo pesquisador, em pequenas notas sobre fatos, eventos e manifestações dos participantes, para além dos dados diretos obtidos nos encontros individuais. Os encontros consistiram em conversas direcionadas, realizadas com cinco membros da organização e com o objetivo de aprofundar a identificação e compreensão das ações coletivas, assim como as estratégias e soluções encontradas pelo grupo para suportar crises e seguir adiante.

Nesta pesquisa, denominamos como conversas direcionadas um procedimento metodológico do tipo entrevista semiestruturada. Este guarda relações com o objetivo de

pesquisa, e acontece pelo envolvimento do pesquisador no campo e as possibilidades de relação com os participantes. As conversas não foram pré-definidas, tampouco foram escolhidos os participantes na etapa anterior ao campo. Elas aconteceram na medida em que a observação participante passou a exigir novas compreensões. E, ao passo que as conversas com participantes-chave aconteciam, novos conteúdos de interesse invocavam outras e novas conversas.

A partir dos procedimentos metodológicos acima, a pesquisa pretendeu investigar as ações e práticas da AAPOP que se configuram como relações econômicas dissidentes, à luz do paradigma do Bem Viver. Ainda, a pesquisa teve como objetivo específico traçar um perfil das potencialidades, oportunidades, demandas e ameaças percebidas e vividas pelos associados, construído em conjunto com os participantes. Destarte, o projeto previu as seguintes etapas de produção e análise de dados:

> ETAPA 1: Pesquisa de revisão da literatura

Nesta etapa, foi realizada uma pesquisa de referências sobre os conceitos que sustentam a base teórica da pesquisa, como Economia Solidária, Desenvolvimento Local Participativo, Epistemologias do Sul, Contracolonialismo, Bem Viver e Biointeração. Ainda, foram também realizadas pesquisas sobre Empreendimentos Econômico-Solidários e Redes de Colaboração Solidárias. A discussão bibliográfica que precede os dados da pesquisa sistematiza um breve histórico do conceito de desenvolvimento, caminhando para referências contra-hegemônicas mais recentes, e que oferecem sustentação teórica para o debate das categorias de análise da pesquisa.

> ETAPA 2: Convite e aprofundamento do EES participante

Foi realizada uma pesquisa preliminar com diferentes coletivos e organizações do território, para aprofundar o conhecimento sobre os EES de Paraty e apoiar a definição da associação participante, destacando como critérios: histórico de atividade do grupo, empreendimento ativo em operação, presença de associativismo na sua forma de governança e interesse em participar de pesquisa participante.

> ETAPA 3: Pré-campo: encontros iniciais e revisão das hipóteses

Nesta etapa, foram realizadas reuniões iniciais com lideranças da AAPOP para apresentar a proposta de pesquisa e criar de forma participativa as estratégias de colheita de dados e envolvimento com os demais participantes. Na sequência, foram agendadas reuniões para validar as bases teóricas e metodológicas da pesquisa, assim como incluir novas a partir das considerações do grupo.

> ETAPA 4: O campo - colheita de dados

Com o pesquisador em campo, a colheita de dados foi realizada com base na observação participante e em conversas direcionadas com os participantes. Nesta etapa, o pesquisador participou de atividades cotidianas do coletivo, realizando registros em diário de campo a partir de diferentes momentos: reuniões, encontros, formações, visitas aos sítios e participação nos espaços de comercialização.

Em uma segunda etapa, foram realizadas as conversas direcionadas com um roteiro simples com a indicação de alguns tópicos-guia (Apêndice A). As conversas direcionadas foram registradas em áudio com apoio de um gravador, entre os meses de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024. Cada conversa teve duração entre 50 minutos e 1 hora e meia.

> ETAPA 5: Análise de conteúdo

Após a colheita de dados, deu-se início à etapa de análise do conteúdo. As narrativas gravadas durante as conversas direcionadas foram transcritas, e foram selecionados apenas os trechos com conteúdos relacionados diretamente aos objetivos da pesquisa. Excluíram-se assim trechos de momentos informais, introdutórios, e outros que não correspondiam ao interesse de investigação.

Com os dados transcritos e organizados, uma primeira leitura flutuante foi realizada, e temas-chaves foram extraídos, a partir dos próprios enunciados dos participantes. Estes temas possibilitaram uma segunda leitura, mais profunda e direcionada para a compreensão dos sentidos e significados dos temas enquanto conteúdos de interesse da pesquisa. Com isso, foi possível verificar a recorrência de temas, assim como realizar comparações e aproximações, de maneira dialógica e hermenêutica entre pesquisadores. Com isso, os temas foram

agrupados e/ou separados, permitindo selecionar conteúdos centrais das transcrições narrativas, que foram denominadas, aqui na pesquisa, como categorias de análise.

Por fim, as categorias de análise foram interpretadas a partir da perspectiva teórica dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (Zaoual, 2006), à luz das contribuições da Economia Solidária. Formulações contracoloniais citadas na parte do referencial teórico, especificamente a Biointeração (Santos, 2015) e o Bem Viver, foram ideias transversais que contribuíram com a leitura crítica das narrativas e com a análise dos resultados.

> ETAPA 6: Comunicação socializadora dos resultados

Encontro com os participantes da associação para apresentação dos resultados levantados e discussão das questões.

3.4. Procedimentos éticos

Na avaliação do pesquisador, a pesquisa apresentou riscos mínimos aos participantes. De todo modo, foram considerados que conflitos de interesse, disputas entre coletivos, reações e sentimentos negativos poderiam ser experimentados como riscos aos participantes na etapa de conversas direcionadas. O coordenador e sua equipe de pesquisa seguiram todos os procedimentos éticos para que as situações de risco fossem minimizadas, como previstas no RCLE - Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B).

Já os benefícios estimados aos participantes na pesquisa foram de natureza indireta, tais como a compreensão de aspectos de sua própria prática e o reconhecimento das ações coletivas e bem-sucedidas que podem contribuir com a promoção de Bem Viver e com um modelo de desenvolvimento equilibrado, ancorado na valorização dos saberes e fazeres locais. A pesquisa também permitiu, na medida do possível, a identificação dos efeitos e implicações da articulação em rede para o fortalecimento dos negócios locais, assim como ao fomento à economia local e a melhoria de oportunidades no território. Por último, a pesquisa possuiu benefícios diretos na produção de conhecimento compartilhado para a academia e os participantes da pesquisa.

O protocolo de pesquisa foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ, sob o parecer substanciado nº n.6.436.714, de 19 de outubro de 2023. (Anexo 1).

IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresento os resultados da pesquisa, a partir das etapas de observação participante e das conversas direcionadas com os associados. A seguir, a análise dos conteúdos busca estabelecer um diálogo entre os resultados e o objetivo geral da pesquisa; investigar ações coletivas que atuam na promoção do Bem Viver, assim como apontam para práticas econômicas dissidentes e alternativas ao capitalismo globalizado.

Por práticas econômicas dissidentes compreende-se um conjunto de experiências alternativas ao paradigma tradicional do mercado, que levam em consideração contextos e sujeitos locais, incluindo-se aqui os valores, crenças, mitos, práticas e ferramentas criadas de dentro para fora, a partir do território. Como apresenta Zaoual (2006),

Com efeito, os fatos mostram que, ao lado da economia de mercado globalizada, a pobreza, a exclusão, as anomalias do mercado de trabalho, o impacto da competição e da revolução tecnológica estimulam novas práticas econômicas híbridas que não fazem parte diretamente do mercado e preenchem o vazio que o Estado de bem-estar deixou no seu rastro. Ao lado dos setores mercantil e público que, aparentemente, funcionam com base em princípios próprios e claramente definidos, assiste-se a uma proliferação de práticas vinculadas ao desenvolvimento local, da economia social, da economia solidária etc. Tais práticas entretêm relações estreitas com os territórios em que emergem. (p.206)

Neste sentido, entende-se a noção de território e a valorização das culturas locais como de grande relevância à (re)invenção de outro paradigma, refratário à ciência econômica, e que considera a pluralidade da experiência humana. É o *homo situs*, (Zaoual, 2016) ou empreendedor situado que, ao contrário do empreendedor econômico clássico de países ditos desenvolvidos, cria seu fazer econômico a partir dos seus sítios de pertencimento e das relações de cumplicidade e proximidade.

As categorias de análise emergiram a partir das narrativas e conversas com membros do coletivo de agricultores e foram destacadas por sinalizar dissidências - rupturas nos modos ortodoxos de se pensar desenvolvimento e sucesso econômico. Estas refletem as relações

entre sujeitos, terra e território, assim como práticas coletivas de exercício concreto das Economias do Sentido.

Nesta direção, três categorias foram identificadas e formuladas ao longo da pesquisa: a *Biointeratividade*; a *Cultura de Cooperação*; e a *Transmissão de Saberes*.

4.1. Biointeratividade: Alimentação e Cultura Orgânica

Somos povos de trajetórias, não somos povos de teoria. Somos de circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo (Santos, 2023, p. 102).

Plantar sem veneno, respeitar o ciclo natural da terra. Para além de ser um movimento associativo e uma iniciativa de fomento à agricultura familiar, a AAPOP defende e se dedica à produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. Para isso, a associação teve de trilhar um longo caminho, que incluiu a decisão por se formalizar enquanto uma Organização de Controle Social (OCS). De acordo com a cartilha elaborada pelo IFSULDEMINAS (2016),

A OCS é uma organização formal ou informal composta por famílias agricultoras, técnicos/as de organizações de apoio e consumidores/as que realiza o controle social como forma de garantir a qualidade da produção orgânica, a partir da organização dos próprios agricultores. (p. 9)

Isto significa que todos os alimentos cultivados pelo grupo possuem a produção atestada pelos próprios membros, em um processo que assegura a certificação da associação e de cada membro como produtor orgânico. Apesar da legislação não permitir a utilização do selo "Brasil Orgânico", o processo de autocertificação permite aos agricultores a venda direta ao consumidor de seus produtos como orgânico, incluindo aqueles que são comercializados através do PNAE. A OCS é baseada em relações de confiança entre agricultores e consumidores, tanto no ato da venda como nas visitas, que ocorrem dos consumidores aos locais de produção e entre os/as agricultores/as membros da OCS.

Em um primeiro momento, a decisão pela produção orgânica trouxe ao grupo um conjunto de exigências, entendidas por um dos sócio-fundadores como obstáculos, ou mesmo dificuldades, em função da burocracia e da documentação exigida. Ademais, para dar

andamento à regularização, também foi necessário um processo de diálogo e apoio mútuo para que os agricultores pudessem readequar suas produções.

De todo modo, apesar das dificuldades, os produtores da AAPOP relatam que a luta pelo reconhecimento como OCS teve um retorno positivo. Em primeiro lugar, a produção orgânica foi compreendida pelo grupo como uma prática associada a uma alimentação mais saudável e a um conjunto de práticas que cuidam mais da terra e do ambiente ao redor.

"E daí como o grupo se tornou orgânico, era o papel que eu estava querendo. Um estilo de vida que eu queria comer saudável. E ainda com um documento ainda". (participante 2)

"Eu nasci não para botar veneno na terra, não. Não planto nada com química, nada, nada, nada, nada. Porque aquela terra leva veneno, fica na terra. Aquilo machuca a saúde da gente". (participante 4)

A percepção e entendimento do que é ser orgânico, inclusive, aparece no relato de um dos membros associados da AAPOP como algo que vai muito além da produção de alimentos. Ao comentar sobre o sentido pessoal de se produzir orgânicos, ele extrapola o entendimento convencional do termo produção orgânica, e declara que além de plantar e cultivar sem veneno, ser um produtor orgânico reflete um modo particular de enxergar e viver a vida.

"É um modo de vida diferenciado. Eu tô falando, não é só o veneno. É jeito de se viver. Chega lá, os animais muito apertados. Como falar que é orgânico? Vou levar uma pessoa lá pra casa e vê os filhos escravos, você bateu na mulher, a mulher te bateu. (...) Eu entendo isso. Não é só o veneno. É um jeito de vida diferente. Tem que ser desse jeito, porque também não tem como botar a roça bonita, mas dentro de casa não tá. Como é que você vai passar aquela harmonia pra roça?" (participante 2)

Outro associado que participou da pesquisa, ao me apresentar sua agrofloresta, fez uma interessante conexão entre os seres vegetais e os seres animais, destacando suas confluências e conexões.

"Eu hoje, eu não plantei [*espíneira santa*⁸]. Quem plantou foi o morcego. Então, é um bicho, um passarinho que eu não deixo matar. Porque ele come a frutinha e joga na terra. Por isso, hoje tem um monte de espíneira santa aí". (participante 4)

Ao considerar a titulação de orgânico, há o relato de uma experiência cujo sentido é muito mais amplo, não se restringindo apenas às práticas produtivas. Da mesma maneira, ao vivenciar de forma íntima as confluências entre todos os seres vivos em um espaço agroflorestal, os entrevistados dialogam biointerativamente.

Este conjunto de relações mais harmoniosas com o ambiente e com os alimentos produzidos em suas roças, inclui um conjunto de práticas que prezam pelo cuidado com os solos, com a terra e com a água, assim como o cuidado com a saúde, a partir de uma cultura alimentar mais natural, orgânica. A este respeito, merece destaque também a preocupação com gerações futuras, como aparece no relato de um dos membros associados:

"Fez eu querer entrar mais pra essa área de uma alimentação mais saudável. Eu fui criada um tempo com meu avô, com meu pai, lá em cima, na roça mesmo. E durante esse tempo a gente se alimentava muito bem. Era galinha caipira, era inhame, era batata doce, tudo da roça. A gente se alimentava lá. (...) A primeira coisa que trouxe de diferente pra mim foi eu querer mudar minha alimentação, mudar tudo. Porque você lembrar, igual eu te contei no começo, lembrar que você teve uma alimentação muito boa e olhar pros seus filhos hoje e ver que não tá sendo muito boa é diferente, entendeu? E você querer mudar também é uma coisa que pra mim foi muito boa. Você resgata." (participante 1)

Passando agora a uma nova perspectiva, a certificação concedida à associação para a produção orgânica também foi salientada por integrantes como um importante passo no reconhecimento de suas atividades junto à sociedade, assim como na valorização comercial de seus produtos. Para além das questões ligadas diretamente às relações com a terra e o território, a conquista do título de OCS foi descrita como uma conquista, promovendo maior reconhecimento e valorização da própria atividade da agricultura familiar no município. Além disso, com a entrada do coletivo no PNAE e com a oferta de alimentos de produção familiar e orgânica, também se fortaleceu a inclusão de alimentos saudáveis na merenda escolar, produzidos localmente e sem veneno.

⁸ palavra incluída pelo pesquisador.

"Antes de nós entrarmos no PNAE, o prefeito falou que não tinha agricultura familiar aqui em Paraty. (...) E hoje, está provando que existe sim agricultura aqui em Paraty. Começamos com seis no PNAE, e esse ano tem mais de cinquenta agricultores querendo vender no PNAE. Melhorias, é isso: a gente mostrando que é um trabalhador que existe na cidade. E acabando o preconceito, na sociedade, como está a agricultura". (participante 2)

A certificação de produção orgânica também é ressaltada como um atrativo financeiro, tendo em vista a valorização comercial de produtos orgânicos frente a alimentos da produção convencional. Como empreendimento econômico-solidário, a AAPOP atua de forma colaborativa e harmoniosa, sem, contudo, esquecer da necessidade de remunerar seus membros associados de forma justa.

Ainda, os valores pagos pela prefeitura local por meio dos contratos e licitações de entrega de alimentos para a merenda escolar são avaliados como ótimos ou satisfatórios pelos associados, favorecendo que a cultura orgânica seja mantida por meio de uma remuneração digna e de acordo com o trabalho realizado.

"O orgânico valoriza. A gente valoriza o nosso produto dentro da associação, porque incentiva a gente plantar um produto mais natural. Antigamente a gente plantava de qualquer jeito. E hoje em dia a gente tem esse reconhecimento, a gente tem que plantar, a gente tem que cuidar da natureza, tem que cuidar do solo. (...) Aqui em Paraty, graças a Deus, está sendo feito um projeto legal. Paga-se muito bem. (...) Então vale a pena você ficar na roça e produzir". (participante 2)

4.2. Cultura de Cooperação: práticas solidárias

Onde nasci e fui criado, desde criança, íamos observando, achávamos um lugar bonito, criávamos uma relação, uma comunicação com o lugar. E marcávamos: "Vou fazer a minha casa aqui". Eu não precisava pagar para fazer a minha casa. Pelo contrário, no dia de fazer a casa, havia um grande mutirão, vinha todo mundo! Era uma festa, e fazíamos uma casa muito rapidamente. (Santos, 2023, p. 20)

Em Paraty, comumente, o termo mutirão é rebatizado nas comunidades rurais e caiçaras por *ajuntório*: uma reunião de pessoas motivada pela feitura de algo comum ou que beneficie alguns dos membros da comunidade. Motivos não faltam: pode ser para a construção de uma casa, o roçado de uma área, uma atividade de plantio ou a organização de

uma festa. Tradicionalmente, no território, os *ajuntórios* integram momentos de trabalho seguidos de celebração, com fartos almoços comunitários e terminando com os famosos bailes rurais, que juntam danças aos toques de ritmos locais, como a ciranda, a cana verde ou o chiba⁹.

Ajuntórios - ou mutirões - compõem o conjunto de ações coletivas experimentadas pelas comunidades rurais de Paraty que revelam modos de ser, estar e viver no mundo e que refletem outras racionalidades, distintas do modelo clássico de desenvolvimento e crescimento econômico. Sua realização é um momento do fazer junto em determinada comunidade, estreitando vínculos comunitários, apoiando de forma concreta os membros do coletivo e promovendo espaços de partilha, diálogo e afeto.

No caso específico da AAPOP, de acordo com seus associados, a realização do *ajuntório* inclui normalmente três atividades: trabalho compartilhado na roça, preparo de uma refeição coletiva e uma reunião para discutir questões pertinentes às atividades do grupo. Todos os entrevistados fazem referência aos mutirões coletivos como um pilar fundamental à formação do grupo, seja como algo que motivou a entrada inicial na associação, como espaço de aprendizado e crescimento ou então, como um espaço de cuidado e apoio aos colegas e parceiros na associação.

"Entrei na AAPOP pro mutirão. Pra ajudar o pessoal a produzir".
(participante 4)

"Primeiro, fortalece a gente por meio do ajuntório, tipo assim ... agora mesmo a gente deu uma parada. Mas tinham os mutirões de quinze em quinze dias que funcionavam bem pra caramba, antigamente. Até porque a gente não consegue encontrar alguém para trabalhar, a gente não consegue". (participante 3)

"A AAPOP que faz esse serviço. Faz de tudo, dá assistência. Dá um carinho para o agricultor. Que (ele) tenha conforto. Que ele saiba que, se tiver aquilo, não vai ser roubado. Mas se já estava como agricultor, ver documentação. Vou tentar aposentar todo, todo mundo legalizado. Uma firma que ajuda a gente". (participante 2)

É importante destacar que *ajuntórios* não são uma estratégia isolada de maximização do trabalho e da produção nos termos capitalistas clássicos, almejando maiores feitos ou

⁹ Ciranda, cana verde e chiba são diferentes danças e ritmos, que integram a tradição de baile popular em Paraty, combinando influências indígenas (danças circulares), portuguesas (sapateados e danças enlaçadas) e francesas (danças de figuração coletiva, como quadrilha e minueto).

ganhos no menor tempo possível. Apesar de ser esta uma consequência direta do trabalho conjunto nas hortas e roças de parceiros associados, sua concretização prática integra elementos da identidade e da cultura das comunidades rurais e tradicionais locais a um modo de organização da vida e do trabalho, configurando um campo de atuação próprio do empreendedor situado, o *homo situs* (Zaoual, 2006), que subverte a demanda capitalista por produção ao acomodar elementos locais e exercer suas atividades remuneradas em uma outra lógica, que parte de dentro para fora e é guiada por princípios de cooperação e solidariedade.

Pode-se dizer que mutirões ou *ajuntórios* caracterizam uma ação coletiva de trabalho que apresenta soluções reais para problemas cotidianos. O desenvolvimento, nesta outra lógica do território, é pensado de forma multidimensional, considerando a participação coletiva desde o processo de organização, planejamento e execução. Portanto, é uma prática dissidente, à medida que emerge do saber local e é conduzida de modo participativo.

Assim, *ajuntórios* ocupam espaço de destaque enquanto ação coletiva do grupo que expressa uma racionalidade mais próxima ao Bem Viver que à racionalidade do Capital desenvolvimentista, em um esforço contracolonial de reapropriação das condições próprias básicas de trabalho dentro de um sistema capitalista. À medida em que orientam formas inovadoras de compreensão e gestão do trabalho e da organização coletiva comunitária, *ajuntórios* são uma ferramenta de futuro (Lito e Cerqueira, 2023).

Com o início da pandemia de covid-19, a AAPOP interrompeu seus mutirões. Neste período, o grupo reduziu seus encontros e concentrou suas atividades em ações mais pontuais e emergentes, como atividades ligadas à aposentadoria rural de alguns membros ou então as atividades de comercialização, em especial ligadas à entrega de alimentos para a merenda escolar.

De acordo com os participantes, este período foi marcado pela saída de alguns membros, por aposentadoria ou por divergências, assim como por uma redução no número de encontros e nas possibilidades de trocas e partilhas internas. Durante as conversas, os associados relataram um forte desejo de retomar a realização dos mutirões neste ano. A boa notícia é que, uma semana antes da finalização deste texto foi realizado o primeiro mutirão anual do grupo, com a intenção de apoiar a construção de uma casa de farinha no sítio de um dos membros.

"Mas essa ida do seu E., essa saída dele, e agora esse retorno dele, deu pra ver que ele, dentro da associação, ele se sentiu apoiado. Ele viu que aqui ele tem apoio, né? Dá pra você ver. Você sai, mas você volta. É sinal que você se sentiu bem naquele lugar. Então eu falei, viu? Ele acabou voltando. Então, eu acho que o mutirão, esse ajuntório que a gente faz, eu acho que é a melhor parte pela associação. Porque ajuda muita gente. Eles pegam um dia, pegam um terreno, faz aquela limpa, sabe?" (participante 3)

Outro aspecto de grande relevância é o acolhimento e parceria entre associados. A associação é descrita como um espaço afetivo, incluindo trocas não remuneradas, além de ser um espaço de constantes aprendizados com os mais velhos. A participação na associação é descrita como tendo ganhos além da remuneração e do econômico, configurando-se assim enquanto rede de cooperação, solidariedade e, por consequência, inclusão social.

"O Sr. B., para você ter uma noção, ele me deu quase quinhentas ramas de aipim. Tipo, se fosse outra pessoa, não ia fazer isso. Ele não, com todo amor, todo carinho. Cortou, eu fui lá buscar. Então você vê um acolhimento mesmo". (participante 1)

"Esse é um argumento dos mais fortes. De eu não ficar sozinho. Porque você sozinho, cada dia você vai ficando mais isolado. E aí você não vai conseguir vender quase nada. Não vai vender quase nada na merenda. Não vou vender quase nada na feira. Quase nada em casa. O que eu vou fazer?" (participante 2)

Por um lado, a participação na associação é descrita por sentimentos de apoio mútuo e cooperação, que são independentes do capital ou de qualquer motivação econômica. Por outro, o empreendimento econômico-solidário também é descrito por alguns associados como uma oportunidade de fortalecer a comercialização de produtos e ampliar o retorno financeiro de cada associado, através da representação formal do coletivo. Longe de ser uma contradição, esta ambivalência parece reforçar os elos associativos.

A formalização do coletivo enquanto pessoa jurídica é descrita por um de seus membros fundadores como um passo fundamental na própria defesa da agricultura familiar e orgânica no município. A AAPOP esteve presente na articulação de coletivos responsável por iniciar a Feira da Agricultura Familiar e da Economia Criativa. Ademais, por meio do coletivo também foi possível a participação política em espaços decisivos para a implementação do PNAE e para a valorização dos agricultores familiares no município.

4.3. Transmissão de saberes: a autoformação

Um dos aspectos fundamentais em coletivos e organizações associativas é a construção de suas práticas de (auto)formação e autogestão. O fenômeno educativo é aqui entendido de forma ampla, incluindo a transmissão de saberes por meio da oralidade e do fazer, espaços não formais de formação, e também os espaços tradicionais de educação, como escolas e universidades. Nesta perspectiva, assume-se a perspectiva da educação popular, como conjunto de experiências educativas que assumem caráter libertador e transformador de realidades.

A Educação Popular como práxis social é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade. (Pini, 2012)

No caso particular da AAPOP, as atividades de formação incluem tanto processos formais como não formais, que acontecem de forma espontânea ao longo das atividades desenvolvidas pelo grupo. Enquanto prática cotidiana, os associados mencionam dois espaços regulares de troca e autoformação do coletivo: os mutirões e os encontros da Feira.

Sobre os mutirões, estes são sempre mencionados como espaços de fundamental importância para a articulação do coletivo, como detalhado no tópico anterior. Já o espaço da Feira é ocupado semanalmente por dois agricultores, que também participam das reuniões assim como de eventuais palestras e formações motivadas pelo coletivo da Feira.

Ao longo da pesquisa, foi observada também a participação dos associados em alguns projetos e programas de formação entre os anos de 2022 e 2024. O Programa *Cultivar: Conhecimento e Geração de Renda* foi uma formação de 3 meses oferecida pela Fazenda Bananal, organização do território que vem desenvolvendo um conjunto de atividades, formações e apoios a projetos locais. O programa mobilizou a maioria dos associados e incluiu oficinas teóricas e práticas sobre produção sustentável, além de visitas técnicas aos espaços de produção dos agricultores. Nesta primeira edição, os temas foram o cultivo de quatro produtos da Mata Atlântica: cacau, juçara, mel de abelhas nativas e cogumelos. Os participantes se dividiram de forma espontânea entre os diferentes módulos, a partir do interesse individual em cada produto.

Outro programa que contou com a participação de dois membros atuais da AAPOP foi o programa de incubação de negócios comunitários, oferecido pela Imbé - Articuladora de Negócios Comunitários de Paraty. A Imbé é um coletivo não formalizado que desenvolve atividades de formação, consultoria e apoio a pequenos produtores e negócios locais, do qual participo. Ao longo do programa de formação, os associados participaram de encontros coletivos e consultorias individuais para pensar o desenvolvimento de suas iniciativas.

Além destes, a pesquisa identificou também a participação individual de alguns associados em outros espaços de autoformação. Uma participante, por exemplo, integra também o Coletivo de Economia Solidária - SOMAR, que organiza regularmente oficinas, palestras e rodas de conversa com o objetivo de formar os integrantes em autogestão, economia solidária e associativismo. Outro associado também participou - junto com o pesquisador - da I Escola Internacional de Autogestão em 2023. O encontro foi organizado na Escola Florestan Fernandes, espaço do MST dedicado a atividades de formação.

Além dos espaços regulares e formais de ensinagem e aprendizagem, o processo de transmissão de saberes é mencionado pelos associados como um processo de ensinagem orgânica, que acontece muitas vezes a partir do contato e da troca com os mais velhos e experientes do grupo durante os mutirões, nas reuniões do grupo ou mesmo em encontros espontâneos entre as agricultoras e agricultores.

"A gente ganha conhecimento com pessoas mais, tipo o seu N. tipo o seu B., o seu V., seu Z.G. São pessoas que foram assim, muito importantes. Na minha época, a minha mãe, ela não cuidava do solo igual hoje em dia, minha mãe ia lá e roçava, né? E já ia secar, riscava. Aí queimava aquilo que o dia deixava, terra queimava. Aí depois chegava, tirava os paus... entendeu? Capinava e plantava. E agora a gente sabe que não é assim, a gente tem que roçar". (participante 3)

A mudança para a agricultura orgânica é um dos momentos cruciais do grupo e, de acordo com os entrevistados, exigiu um processo de aprendizagem e revisão de práticas comuns a diferentes membros do grupo. Por exemplo, a prática de queimar uma determinada área para plantar depois foi substituída pela limpeza manual dos terrenos, sem atear fogo.

Recentemente, o grupo teve a entrada de uma nova participante, mais jovem, filha de uma associada. Com 31 anos, a expectativa é que ela apoie o grupo em processos ligados à tecnologia e meios digitais, uma das principais dificuldades relatadas pelos associados.

"Porque eu vejo que eles precisam muito de ajuda também para fazer a cesta, para poder fazer o negócio da contabilidade. Porque eu sei mexer mais ou menos com internet, com computador, eu sou um pouco rápida, eu acho". (participante 5)

Dentre as tarefas pensadas, ela deve apoiar no preenchimento de planilhas, fluxo de caixa da AAPOP, assim como controle de entregas de produtos, além de outras tarefas administrativas. Outra ideia é que ela possa criar e gerenciar as redes sociais do coletivo, apoiando também as vendas e a organização de cestas. Sobretudo, sua entrada abre caminhos para que o grupo possa falar e pensar novas práticas ligadas à inovação e ao uso de novas ferramentas tecnológicas.

4.4. Confluências: AAPOP, Práticas Coletivas e as Economias do Sentido

"E quando a gente começou nesses movimentos, aí começou a ter um reconhecimento de quem eu sou, entendeu? Hoje eu consigo olhar ali e ver quem eu sou. Sou filha de uma agricultora, sou caçara. Eu entendo. Mas eu não entendia nem o que era ser caçara, nem o que eu era. Tá entendendo? Eu era apenas uma pessoa. (...) Eu sei que junto com a associação, a gente consegue, entendeu? Consegue, tudo isso funciona. Mas precisa de uma base, a base é a associação. O começo de tudo é a associação". (participante 1)

Confluir - Palavra germinante, carregada de sentidos. Energia viva que nos move em direção ao outro e que convida ao compartilhamento. Esse mesmo compartilhamento que amplia, expande e nos fortalece (Santos, 2023). O relato que abre este tópico transborda confluências, e me traz paralelos entre a AAPOP e uma terra fértil. Terra base, que é o começo de tudo ao receber as muitas sementes e que, se adubada e bem cuidada, vai germinar e florescer.

A perspectiva do *homo economicus*, como discutimos no primeiro capítulo, conta uma história única: a história do desenvolvimento. Dentre algumas de suas principais características, temos a redução da vida a seus aspectos econômicos, a negação do comum e a defesa do indivíduo como um valor absoluto, que não reconhece a alteridade do outro (Ruiz, 2020).

O depoimento inicial, entretanto, nos convida a ouvir uma história diferente. Uma história de outras experiências, outros sentidos, outra base: a associação. Nesse contexto, é possível inferir que, para além de um coletivo formalizado juridicamente, a associação pode ser entendida neste contexto apenas como reunião, *ajuntório* de pessoas que compartilham o mesmo território e carregam histórias, culturas e lutas comuns. Ao se estar junto, forma-se esta fundação sobre a qual se cria todo o resto - inclusive a formação e descoberta da própria identidade. Ao invés de desenvolvimento, ganhamos envolvimento.

Identidade, cultura e saberes locais compõem dimensões psicossociais fundamentais aos sítios simbólicos de pertencimento. Neste mosaico, a teoria dos sítios expande o contorno das práticas dissidentes ao devidamente incluir todo o conjunto de ritos, mitos, crenças e valores do sítio, apresentando assim a visão do *homo situs* em oposição ao da economia monocultural. Na reunião a favor do comum que se efetiva por meio da associação, o empreendedor situado lança sua rede ainda mais distante. Como nos conta a participante, a associação apoiou não só o exercício prático das atividades, mas também permitiu seu próprio auto reconhecimento como caiçara e como agricultora.

O caminho metodológico e investigativo abordado na pesquisa por todo o percurso buscou estabelecer um diálogo franco entre prática e academia. No campo da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, a investigação das práticas econômicas dissidentes de grupos ou comunidades locais aparece como um fenômeno de enorme relevância. Por um lado, traz foco a processos grupais e comunitários. Por outro, defende a interdisciplinaridade e tem, enquanto posicionamento ético-político, claras perspectivas de inclusão social e respeito às realidades culturais.

Por meio das estratégias de observação participante e das conversas direcionadas, acompanhei de forma ativa e engajada diferentes momentos cotidianos da vida social da associação. Assim, nos subcapítulos anteriores, apresentei três categorias de análise, reunindo os resultados que ajudam a compreender as práticas e ações coletivas que afirmam a AAPOP como experiência econômica dissidente. Dando continuidade, lançamos a seguir um olhar mais atento a cada categoria, propondo uma análise de conteúdo à luz dos referenciais teóricos apresentados na primeira parte da dissertação.

Nossa primeira categoria - *Biointeratividade* - agregou as práticas relacionadas às culturas alimentares e ao modo de ser orgânico. Em oposição aos saberes e modos de vida

sintéticos ou artificiais, o modo orgânico remete a uma relação integrativa, de conexão entre todos os seres e o meio natural. A ideia de cultura orgânica, trazida por um dos agricultores durante nossa conversa, fala da indissociabilidade entre vida, economia, trabalho, relações. Ser orgânico é algo que nenhum selo, certificado ou modo padronizado de existir é capaz de garantir. Em diálogo com Bispo, a comida pode até ser sem veneno, mas para que seja orgânica, ela deve refletir relações respeitadas e harmônicas com o ambiente ao redor (Santos, 2023).

A cultura orgânica aparece também por outro participante, quando descreve a circularidade natural que permite a existência de tantas árvores de espinheira santa em seu terreno. Seu relato engendra enorme sensibilidade, e nos ensina sobre outras possibilidades econômicas: a de observar e perceber a natureza, respeitar seus processos e não intervir, controlar ou interferir. Essa atitude de respeito ao morcego, este "passarinho" germinante que espalha as sementes de espinheira santa, é, sem nenhuma dúvida, fruto de uma percepção ativa do mundo ao redor.

A readequação da produção e de técnicas produtivas para se atender às exigências legais e receber a denominação de orgânico, foi um processo difícil e cansativo para alguns dos agricultores. Nada surpreendente, tendo em vista que a adoção de critérios externos que padronizam a forma de se produzir, contrariando métodos desenvolvidos entre gerações, é, em sua maioria, uma atitude colonialista.

A gente não diz se o sistema de fazer aquela roça é sustentável, agroecológico, orgânico. Não, para gente é uma roça. Eu faço uma roça. Eu não digo qual é o nome do sistema. Mas o colonialista diz: "ou o sistema é orgânico, ou é agroecológico, ou é sustentável ou é agronegócio". (...) Aí eu digo: "se eu tivesse que chamar isso de alguma coisa eu chamaria de biointeração". (p. 78)

Por outro lado, o fato do coletivo da AAPOP já ter entre seus membros praticantes um modo de plantio integrado à natureza antes mesmo da certificação como orgânico, nos conta um pouco sobre uma identidade local. Nessa permanente recriação dinâmica dos fenômenos culturais, novos e antigos integram a memória de gerações anteriores e incorporam hibridamente novos modos de ser e fazer.

Apesar das diversas adequações exigidas, ao final, a certificação do grupo enquanto OCS seguiu o modelo participativo de autocertificação - e não o de uma certificadora externa. Em termos práticos, isso significa que no dia a dia do coletivo são os próprios agricultores

que cuidam e resguardam a certificação. Isso acontece cuidando uns dos outros, para que a produção siga orgânica. Esse processo de assegurar em coletivo uma produção saudável, respeitadas suas ressalvas, guarda valores comuns à Economia Solidária, e a sentidos comuns ao próprio coletivo, como horizontalidade, confiança e autogestão.

Ainda refletindo sobre essa primeira categoria, merece atenção a lembrança de práticas alimentares de gerações anteriores, mencionada por mais de um dos participantes. Por um lado, ela expressa o desejo de reconexão com valores alimentares ligados à ancestralidade e às culturas alimentares locais. Por outro, aparece também no relato de preocupação com as gerações futuras. "A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo.", explica Santos (2023).

A perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento oferece também valiosas colaborações e confluências a este respeito. Ao valorizar e reconhecer um conjunto de economias da diversidade, afirma o contexto hiperlocal do sítio, com suas muitas identidades e realidades culturais territorializadas. Os empreendedores situados, ao se associarem em coletivo e organizar atividades econômicas, desenvolvem práticas que acompanham e refletem os costumes locais. Assim ocorre com as culturas alimentares, que se manifestam através de ações práticas de plantio, cultivo e consumo de alimentos locais, produzidos sem veneno e respeitando a biodiversidade local.

A dissidência, no caso da AAPOP, não é um toque de sofisticação pós-moderna. Não há nenhum produto inédito a serviço do mercado, tampouco inovações inventando atividades e formas de trabalho contemporâneas. Muito pelo contrário, seus membros exercem na repetição do dia a dia uma das mais antigas e tradicionais atividades humanas: o cultivo de roças e o plantio de frutas, legumes e verduras em consonância com o meio natural. Não há nada mais atual que a tradição.

Seguindo nossa análise, passamos à segunda categoria, a *Cultura de Cooperação*. Apresentamos uma ação coletiva central no trabalho dos agricultores, o *ajuntório*. Expressão maior da prática de colaboração entre membros, é nos mutirões que muitas vezes acontecem as trocas e que se manifesta o apoio mútuo, seja para o roçado, plantio ou construção.

Recordemos: o *ajuntório* não é uma atividade pensada, planejada previamente com a expectativa racional de ser uma reunião com objetivos definidos. Ao contrário, *ajuntórios* são uma expressão orgânica do coletivo. Eles expressam e reeditam práticas ancestrais do

território, que já acontecem há gerações. Sua manifestação, assim como de inúmeras expressões e tradições locais, se viram ameaçadas com a chegada da estrada Rio Santos na década de 1970. A chegada de turistas reconfigurou os espaços urbano e rural do pequeno município de Paraty e começou a alterar significativamente tudo ao redor (Lito e Cerqueira, 2023). No entanto, as manifestações territoriais dos mutirões seguem até hoje presentes nos ritos e manifestações locais. E encontram nos espaços coletivos, como da AAPOP, as oportunidades para se reeditar e seguir caminho como cultura viva.

Outro exemplo da cultura de cooperação é encontrado nas doações de mudas ou sementes, por exemplo. A prática, que não exige necessariamente uma troca direta, é comum entre agricultores. Sua presença atesta uma cultura bastante distinta da praticada na lógica do mercado tradicional e do desenvolvimento. Esquece a suposta necessidade de um ganho imediato e direto, e envolve solidariedade, afeto e doação. Com isso, relembra também que há outros modos de ser, fazer e conviver baseados na certeza da abundância, ao invés do medo da escassez, que estimula a competição e a individualidade.

O entendimento do trabalho conjunto como fenômeno multidimensional parece ser algo comum em práticas coletivas de integrantes da AAPOP. No campo teórico, tal percepção contribui para ampliar consideravelmente a visão de mundo do *homo economicus*, centrada na produção e no consumo de bens, assim como na espera de respostas de mercados financeiros invisíveis e intangíveis. Em seu exercício de ação no mundo, a associação nos aponta ações coletivas dotadas de um sentido comum, pelas quais trabalhar passa a ter outros significados, como o de conquistar a possibilidade de uma vida digna, plena de liberdades e que respeita a vida ao redor.

Por último, mas não menos importante, seguimos com a terceira categoria de análise, que trata dos processos de *Transmissão de Saberes*. Se comparado aos demais, o tema apareceu menos nos relatos dos participantes; sua evidência saltou durante a observação participante e o acompanhamento dos diferentes momentos do grupo. Talvez esse detalhe se explique pelo fato de que os processos educativos são sutis, e muitas vezes aparecem incorporados no fazer e na prática do coletivo.

O diálogo com a educação popular e não formal é vital para se compreender os processos vividos de transmissão de saberes. Na mesma medida, a compreensão da importância da oralidade é condição para entender como comunidades se educam e

transmitem a cada geração uma vasta e complexa trama de saberes e conhecimentos. São estes os processos de autoformação.

A palavra somada ao gesto encontra sua perfeita correspondência no fazer. Juntos, estas são as maiores ferramentas pedagógicas das escolas informais do Sul. Por sua vez, escolas convencionais - as mesmas que reproduzem saberes tantas vezes engessados - não deixam de ser igualmente muito bem vindas. Contudo, estas devem se reinventar na mesma lógica descrita para a economia. Precisamos de escolas do sentido, que respeitem e respirem dos conhecimentos da terra. Como ensina um de nossos maiores educadores, "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção" (Freire, 1996).

O processo de ensinagem orgânica acontece no encontro entre sujeitos e na interação direta e viva com o mundo (Freire, 1987). No caso direto da AAPOP, isso acontece especialmente em meio aos mutirões, nas visitas espontâneas entre agricultores ou mesmo nos espaços de encontro e comercialização, como as feiras. A participação em outros coletivos também ressalta a importância das redes de colaboração solidárias. Estas fortalecem aspectos materiais ou relacionados à comercialização, mas são ao mesmo tempo *locus* de encontros, trocas, reflexões, compartilhamentos.

Ao tratar o tema da educação e transmissão de saberes, não se pode esquecer dos encontros que integram diferentes gerações. A sociedade moderna, essa que defende o desenvolvimento a todo custo, segrega crianças e idosos da vida cotidiana, por entendê-los como seres que "dão trabalho" e que, por isso, precisam ser institucionalizados. Para não atrapalhar a rotina dos que são, supostamente, os seres produtivos nessa deformada sociedade, crianças terminam em creches e idosos em asilos. Ambos, cada vez mais jovens. Essa atitude rompe com um dos mais belos e significativos ciclos de ensinagem, aquele que acontece na intergeracionalidade.

No caso específico da AAPOP, seus integrantes reconhecem que, nos últimos anos, o grupo tem envelhecido. Alguns dos integrantes se aposentaram e outros devem seguir em breve a mesma jornada. A dificuldade de envolvimento de jovens é historicamente relacionada com o êxodo rural, o trabalho árduo na terra e os encantos e promessas que as cidades e os saberes sintéticos exercem. Entretanto, apesar disso, o último ano foi marcado pela entrada de três jovens. Alguns deles, inclusive, retornando de cidades em busca de voltar

às terras da infância. Seja por se depararem com a precarização do trabalho no meio urbano, ou então pelo lembrete trazido com a maternidade sobre a importância do cuidado com práticas alimentares mais saudáveis.

Dentre os membros antigos da associação, há uma expectativa que a entrada de jovens possa contribuir com o processo de transmissão de saberes e autoformação, abrindo caminhos para aprendizados de novos conhecimentos, tão atuais como necessários. O desejo é que jovens possam ser ponte entre inovação e tradição, facilitando as confluências com as tecnologias e os novos meios digitais.

Longe de ser algo inédito, estas experiências aqui chamadas de dissidentes já existem há tempos. Elas ocupam as feiras, quintais, festas, encruzilhadas, além de muitos espaços formais e informais de trocas econômicas do sul global. Seus reconhecimentos são uma conquista e atualizam o debate sobre territórios vivos e saudáveis na dimensão da academia, dos projetos sociais e das políticas públicas.

(...) territórios sustentáveis e saudáveis podem ser compreendidos como espaços constituídos a partir de relações sociais e de pertencimento simbólico e afetivo, apropriados criticamente e intencionalmente reconfigurados pela ação territorializada de coletivos portadores de vida nos quais o bem viver é o foco da governança viva. Essa governança viva integra ações comunitárias, da sociedade civil e do Estado para a gestão dos bens comuns e de políticas públicas em redes nas dimensões socioeconômicas, ambientais e culturais, possibilitando modificações do modo de produção e consumo hegemônico e a emergência de racionalidades emancipatórias instituintes de modos de vida solidários, afetivos e autônomos que permitem novos modos de andar a vida (Gallo, 2021, p.114-115).

Há muito a se construir no campo público por meio de políticas e programas de governança viva, contando com participação direta ou indireta de todas e todos envolvidos. No campo prático de ação cotidiana, identifico que os empreendimentos econômico-solidários são aqueles que dão concretude às experimentações do campo. Aparecem como unidades autônomas, locais e independentes de produção de sentidos e incluem, em seu universo, organizações de naturezas variadas, com ou sem formalização, preocupadas em viver outros modos de vida.

A Economia Solidária, base conceitual de ação dos EES, naturalmente se faz viva no cotidiano associativo. Princípios como horizontalidade, colaboração e solidariedade são facilmente percebidos. Nos mutirões, nas trocas, ou então, na circularidade de diretoria e cargos administrativos. Outros valores, como respeito à natureza e aos saberes locais são

igualmente incorporados, na prática da agroecologia ou na reverência à cultura alimentar de gerações passadas. A estes princípios, somam-se outros como identidade, participação, ancestralidade, pertencimento.

Ao chegar próximo ao final, reflito sobre o início da pesquisa e recorro que o termo *Economia do Sentido* surgiu, de primeira, como uma expressão vaga sem grande aprofundamento teórico ou conceitual. Carregava uma ideia simples, que apareceu enquanto pesquisava e estudava mais sobre economia: a de que a Economia do mundo de hoje não fazia sentido. Ações, flutuações e variações de mercado, taxas cambiais, cálculo de índices de inflação, assim como uma variedade de ideias, tão abstratas quanto distantes da maioria de nós. Por outro lado, era impossível questionar o papel determinante da ciência econômica nos rumos tomados pelo conjunto da sociedade. Ainda sem ter muito claro o rumo, parecia-me necessário recuperar o sentido nesta história.

À medida que aprofundava minha relação com os agricultores e com a associação, avançava um pouco mais no entendimento e no reconhecimento das economias dissidentes, assim como na compreensão de suas múltiplas confluências entre perspectivas contracoloniais. Pouco a pouco, novas reflexões foram dando contorno e lugar a todas as ideias desenvolvidas nas páginas anteriores. Dentre tantas ensinagens, aprendi que se eu buscava novas perspectivas, não fazia sentido algum que o termo economia figurasse no singular. Afinal, não há caminho único a seguir. Assim, aos poucos nasceu a proposta de evitar no texto o uso de uma economia, privilegiando o uso plural de economias. Economias do sentido.

Considero que as Economias do Sentido são um campo híbrido de práticas, criações, pesquisas e investigações - dissidente por natureza, contracolonial por necessidade e contemporânea por tradição. Transdisciplinar, como o humano, elas compreendem um conjunto diverso de práticas e integram dimensões psicossociais, ecológicas e econômicas. Nesta perspectiva, as ideias de Bem Viver, Sítios Simbólicos e EES confluem, a fim de encontrar um lugar epistêmico e prático no campo da psicossociologia de comunidades e ecologia social.

Estas Economias do Sentido, que também poderiam ser chamadas de Economias para o Bem Viver, partem de ações coletivas e tem como objetivos comuns reduzir desigualdades, valorizar e cuidar da vida no planeta, assim como preservar os bens comuns. Estas economias

se realizam por meio de práticas territorializadas e bebem da fonte dos conhecimentos construídos pelos povos do sul, incluindo como produtores de conhecimento aqueles historicamente marginalizados. Respeitando saberes locais e ancestralidades, assim como promovendo a equidade de raça e gênero. Alcançar tais utopias em maior escala apenas se tornaria possível com uma profunda mudança de nossas instituições, além de medidas concretas, como é o caso de políticas públicas que reforcem valores como cooperação, solidariedade e respeito.

A esse respeito, é impossível negar que um fator importante para a manutenção dos membros da AAPOP, assim como para a entrada recente de jovens foi o fortalecimento de um conjunto de políticas públicas, criadas nos últimos anos no município e que valorizam a agricultura familiar, além de assegurar uma remuneração justa a agricultoras e agricultores atuantes. Do mesmo modo, é digna de mérito a prioridade concedida nos processos licitatórios da merenda escolar a associações, cooperativas e comunidades tradicionais. A estratégia, além de reparar violências históricas, também estimula modelos e empreendimentos colaborativos e solidários, em detrimento de grandes empresas e organizações ligadas ao agronegócio.

Por último, entendo que defensores mais radicais do Bem Viver possam ver de modo crítico, ou mesmo impossível, a ideia de aproximar a noção do Bem Viver do campo da Economia ou de Empreendimentos Econômico-Solidários, sob o pretexto de que são paradigmas opostos e com lógicas muito distintas. Tal raciocínio, contudo, limita a compreensão do Bem Viver a algo em parte idealizado, cristalizado em imagens arquetípicas de uma vida comunal que se perdeu desde a invasão portuguesa e que nunca mais será recuperada. O presente é agora, e o Bem Viver, enquanto conceito em construção, deve necessariamente olhar para o futuro, em respeito com o passado.

Enquanto alternativa ao desenvolvimento econômico, o Bem Viver não nega a ciência econômica. Ele simplesmente exige uma renovação paradigmática que considere outras economias, centradas em valores como solidariedade, diversidade, cooperação, responsabilidade e integralidade. É preciso contracolonizar.

V - CONCLUSÃO

Tenho vinte e cinco anos de sonho e de sangue e de América do Sul.
(Belchior, 1974)

A história econômica, em sua narrativa oficial, nos apresenta a ideia do desenvolvimento como um modelo único. Um modelo sempre pronto para exportação e que deve ser seguido por todos os povos. Esta proposta universal, construída nos países ricos do norte global e imposta de fora para dentro, é a base sobre a qual se assenta o pensamento global, colonial e patriarcal.

Por sua vez, as economias dissidentes compreendem um conjunto de experiências, desenvolvidas no sul global, e que criam na sua prática cotidiana um conjunto de estratégias de sobrevivência e resistência. Estas experiências incorporam a diversidade de elementos do território a que pertencem, incluindo-se aqui suas crenças, valores, mitos fundadores, saberes, técnicas e ferramentas de trabalho. Ao passo que tais experiências expressam identidades locais e assumem como finalidade de suas ações a busca pelo Bem Viver, consideramos que estas se inserem no campo epistêmico esboçado aqui, das Economias do Sentido.

Dentre as muitas práticas econômicas dissidentes, destacamos nesta pesquisa os Empreendimentos Econômico-Solidários (EES). Primeiro, por estes incorporarem valores diretamente relacionados ao campo do Bem Viver, como cooperação, solidariedade, horizontalidade, autogestão e respeito à Natureza, dentre outros. Ademais, a escolha também foi motivada pelo seu histórico de luta e de representatividade de sujeitos tradicionalmente excluídos do poder e das tomadas de decisão. Assim como pela ampla diversidade de organizações que compõem o campo dos EES, incluídas aquelas sem formalização jurídica.

A escolha por acompanhar em profundidade o cotidiano de uma associação se revelou bem sucedida, e os resultados apresentados permitiram responder à questão de pesquisa. Em síntese, foi realizado o levantamento de um conjunto de ações e estratégias representativas de uma prática econômica, diversa, plural e dissidente. São alguns exemplos:

- *ajuntórios* e mutirões coletivos;
- cultivos agroflorestais que cuidam da terra e dos seres vivos;
- práticas de doação de mudas e sementes;
- respeito e compreensão orgânica da Natureza;

- prática alimentar orgânica, local e saudável;
- encontros de transmissão de saberes e valorização da intergeracionalidade.

Como principais potências do coletivo, destacam-se a resiliência, a solidariedade, a organização coletiva e a produção de alimentos orgânicos. Dentre pontos de atenção, identificamos como desafios atuais a comunicação e a transparência na prestação de contas, por dificuldades em processos administrativos e burocráticos. Uma das oportunidades identificadas foi a existência de políticas públicas, que favorecem a manutenção do grupo e asseguram uma remuneração justa e digna pelo trabalho realizado. Já uma ameaça é o fim do fomento à agricultura familiar no campo público.

Enquanto opção metodológica, a Investigação-Ação-Participante favoreceu a entrada do pesquisador no campo, assim como o acompanhamento de forma horizontal e próxima dos membros da associação. Ainda, o tempo dedicado à observação-participante contribuiu para ampliar o olhar, a partir da vivência do pesquisador em diferentes espaços que compõem o cotidiano dos participantes. Da mesma forma, as conversas direcionadas atenderam aos objetivos propostos, possibilitando a investigação mais ativa e detalhada sobre os temas identificados.

Dentre as dificuldades enfrentadas na realização desta pesquisa, é digna de menção a pandemia de covid-19. No primeiro ano de pesquisa, a pandemia começava a dar sinais de estabilidade e o quadro geral começou a ter uma perspectiva mais otimista. No entanto, ainda havia bastante insegurança e algumas atividades permaneceram diretamente impactadas pela covid-19 ao longo do ano, como foi o caso dos mutirões realizados pela AAPOP, que foram interrompidos ou mesmo das aulas ofertadas no curso de mestrado, que ainda foram realizadas remotamente, no formato online, ou em modo híbrido.

Ademais, o tempo de dois anos para o desenvolvimento de uma pesquisa em profundidade, incluindo aulas, produção acadêmica, orientações, estágio docência, revisão bibliográfica e pesquisa prática em campo é demasiado curto. Especialmente se considerarmos o tempo vivido por comunidades e pela terra, que é mais dilatado e segue uma outra lógica própria da territorialidade. Conciliar os tempos do relógio com o tempo orgânico dos processos locais foi, sem dúvida, um desafio.

Por último, mas não menos importante, o estudo realizado deixa em aberto inúmeras perspectivas futuras. Destaco como algumas possibilidades de novas pesquisas:

- Intergeneracionalidade e as características específicas dos processos de transmissão de saberes vividos pelo grupo. A este respeito, é válido citar que até a conclusão da pesquisa, não foi possível acompanhar a entrada dos integrantes jovens, o que também seria interessante na perspectiva de aprofundamento destas novas dinâmicas.
- Agricultura, associativismo e o feminino. Neste momento, a AAPOP tem sua primeira presidenta, o que começa a trazer uma série de reflexões dentro do próprio grupo. Acredito que uma nova pesquisa sobre este tema seria de grande relevância, tanto para o coletivo quanto para o campo das ciências sociais e dos estudos de gênero.
- Por último, me parece que cada uma das categorias levantadas pela pesquisa - cultura orgânica, cultura de cooperação e transmissão de saberes - poderiam ser tema de análise em uma pesquisa própria.

Em meio a tantas boas práticas aqui citadas, há de se tomar cuidado com os riscos de se divinizar a experiência da AAPOP, como se ela correspondesse a qualquer ideal romântico ou perfeito, sem erros ou desafios. Muito pelo contrário, a AAPOP é feita da mesma matéria humana que todos os coletivos e, desta maneira, encara cotidianamente muitas dificuldades, assim como fracassa inúmeras vezes em atingir seus objetivos. Ou mesmo em expressar, na prática do dia a dia, seus valores, princípios e intenções. Neste processo, membros se desentendem, discussões e discordâncias ganham protagonismo e, por vezes, o coletivo cai. Mas, até hoje, encontra forças para se levantar, sacudir a poeira e tentar novamente.

Que assim continue. Em nome da terra, da vida e de todos nós.

REFERÊNCIAS

AAPOP. **Estatuto Social da Associação Agroecológica de Produtores Orgânicos de Paraty** (mimeo), 2016, 11 p.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ARKONADA, Katu. Descolonização e Viver Bem são intrinsecamente ligados. **IHU On-Line: Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver**, São Leopoldo, p. 14-19, 23 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao340.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2023.

ÁVILA, Vicente F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. vol. 8, n. 13, p. 133-140, Set. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/ggc35KVjFzddYJXkc5ZgCwS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 10 mai. 2023.

BELCHIOR, Antônio Carlos. A palo seco. In: BELCHIOR, A. C. **Belchior**. São Paulo: Chantecler, 1974. Faixa 2. Disco de vinil.

BONILLA, Victor D.; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. **Causa popular, ciência popular: una metodología del conocimiento científico a través de la acción**. Publicaciones de la Rosca. Bogotá: 1972. Disponível em: <<https://flowpaper.com/online-pdf-viewer/?theme=dark&pdf=https://sentipensante.red/wp-content/uploads/2019/09/Causa-Popular-Ciencia-Popular.pdf&wp-hosted=1&title=&header=&singlepage=auto&thumbs=1&modified=190930847#page=5>>. Acesso em 22 mai. 2023.

BONIN, Iara. **O bem viver indígena e o futuro da humanidade**. Encarte Pedagógico X, Jornal Porantim, dezembro 2015. Disponível em: <<https://cimi.org.br/o-bem-viver-indigena-e-o-futuro-da-humanidade/>>. Acesso em 15 mai. 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (ORG.). Pesquisa participante: a partilha do saber. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 21-54.

BRASIL, Francisco Salau e BRASIL, Manuela Salau. Economia Solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. **Emancipação.** vol. 13, nº especial: 93-104. Ponta Grossa: 2013. Disponível em:

<<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/5190/4382>>. Acesso em 15 jan. 2024.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CARVALHO, José Jorge e VIANNA, Leticia C. R. O Encontro de Saberes nas Universidades: uma síntese dos dez primeiros anos. **Revista Mundaú,** n.9, p.23-49. Alagoas, 2020. Disponível em:

<<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/11128/8551>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

CARVALHO, Wilson Sérgio de. **Raízes da Ecologia Social: O Percorso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção.** Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ, 2005.

CERQUEIRA, Gustavo e LITO, Barbara. **Às Margens da Independência: narrativas dos filhos e filhas deste solo.** 1. ed. Paraty: 2023. Disponível em:

<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1UVTensfSVRwTK_kBWLwrf0CAGsiWFAON> . Acesso em 10 mai. 2023

CORREIA, Maria da C. B. **A Observação Participante enquanto técnica de investigação.** Pensar Enfermagem, número 2, volume 13, 30-36, 1999. Disponível em:

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/23968/1/2009_13_2_30-36.pdf>. Acesso em 24 jan. 2023.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EISLER, Riane. **O Cálice e a Espada**: Nosso passado, nosso futuro. São Paulo: Palas Athena, 2007.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento**: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERREIRA JUNIOR, Eduardo da Conceição. **A Economia Solidária e o Comum**: um estudo de caso da comunidade do conjunto palmeiras e práticas do Banco Palmas. Rio de Janeiro: EICOS/IP/UFRJ, 2019.

FRANCO, Augusto de. **Empreendimentos em rede: tendências e desafios**. São Paulo, 2013. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/augustodefranco/empreendimentos-em-rede-28319160>>. Acesso em 10 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1.ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

GALLO, Edmundo. Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teórico-práticos para o bem viver. in: **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas**. Fundação Nacional de Saúde. Brasília: 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAVILLE, Jean-Louis. A Economia Solidária: Um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 84, 2012. Disponível em:

<<http://journals.openedition.org/rccs/381>>. Acesso em 10 mai. 2023.

LIMA, Maria Isabel R. **Economia solidária e vínculos**. São Paulo: Ideias e Letras, 2013.

MACIEL, Tânia Barros e RITTER, Paula. Desenvolvimento Sustentável, Diversidade e Novas Tecnologias: A relação com a Ecologia Social. In: **Revista Quadrimestral da Faculdade de Psicologia da PUCRS**, núm. 1, v. 36. Porto Alegre: PUCRS, jan./abr. de 2005.

Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1378/1078>>.

Acesso em: 26 abr. 2023.

MACY, Joanna e JOHNSTONE, Chris. **Esperança Ativa**: como encarar o caos em que vivemos sem enlouquecer. Disponível em:

<<https://bambuaeditora.com.br/blog-esperanca-ativa-capitulos-iniciais/>>. Acesso em 05 jan. 2022.

MANCE, Euclides André. **A Revolução das Redes**: A colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARTINS, Julia Teixeira. **A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ)**: uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade do Estado de São Paulo, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, São Paulo, 2020.

MELLO, Manuela. **Edital nº. 01/2023 de Seleção De Propostas Para Incubação De Negócios Solidários**. Banco Mumbuca, 2023. Disponível em:

<https://www.bancomumbuca.com.br/fontes/Edital_Sementes_2023.pdf>. Acesso em 01 mai. 2023.

MERINO, S. A desmistificação do desenvolvimento e as lições do Sumak Kawsay. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 18 jan. 2013. Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/517031-a-desmistificacao-do-desenvolvimento-e-as-licoes-do-sumak-kawsay>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

MOREIRA, Rodrigo M. et al. **Organização de controle social**: projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPG e OCS brasileiros para ampliação do número de agricultores no cadastro nacional de produtores orgânicos. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de SPG. – Pouso Alegre : Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, 2016. 21 p.

PASSONI, Irma e GARCIA, Jesus C. D. (COORD.). **Desenvolvimento Local Participativo**. Instituto de Desenvolvimento Local: 2007. Disponível em:

<<https://irp.cdn-website.com/c8d521c7/files/uploaded/DESENVOLVIMENTO%20LOCAL%20PARTICIPATIVO.pdf>>. Acesso em 22 mai. 2023.

PERONDI, Miguel Ângelo e SCHNEIDER, Sérgio. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 17, núm. 2, maio-agosto, 2012, p.117-135 Universidade de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056839008.pdf>>. Acesso em 06 jan. 2022

PESSANHA, Maure. **O que é empreendedorismo de impacto?**, fev. 2021. Disponível em: <<https://artemisia.org.br/o-que-e-empendedorismo-de-impacto>>. Acesso em 08 jan. 2022.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. **Educação Popular e os seus diferentes espaços: Educação Social De Rua, Prisional, Campo**. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/32.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2024.

PORFÍRIO, Iago & OLIVEIRA, Lucas Timoteo de. "Antonio Bispo dos Santos". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://ea.fflch.usp.br/autor/antonio-bispo-dos-santos>>. Acesso em 05 mar. 2024.

REGAZZONI, Q. A relação entre o Reino pregado por Jesus e o conceito de Vida Boa dos povos indígenas. **IHU On-Line: Sumak Kawsa, Suma Qamaña, Teko Porã. O Bem-Viver**, São Leopoldo, p. 14-19, 23 ago. 2010. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao340.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2023.

ROCHA, Cristianne Maria Famer. **As redes em saúde: entre limites e possibilidades**. Washington, 2005. Disponível em:

<http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/trabalho_redes.pdf>. Acesso em 12 nov. 2022.

RUIZ, Castor Bartolomé. Covid-19 e as falácias do homo economicus. **IHU On-Line**, São Leopoldo, 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/598157>> Acesso em 10 mar. 2024.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Vértice, 1986.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora / Piseagrama, 2023a.

SANTOS, Antônio Bispo. In: Abud, Marcelo. **O que é contracolonial e qual a diferença em relação ao pensamento decolonial?** Instituto Claro, 2023b. Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/podcasts/o-que-e-contra-colonial-e-qual-a-diferenca-em-relacao-ao-pensamento-decolonial/>>. Acesso em 10 fev. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, número 78, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/rccs.753>> Acesso em 05 jan. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. Belo Horizonte: 4. ed. Autêntica, 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Augusto César Pinheiro. Desenvolvimentos e/ou Sustentabilidades: o fetiche do lugar, ou as potencialidades dos sítios? **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 315-317, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<https://lacf.paginas.ufsc.br/files/2012/06/218-752-1-PB.pdf>>. Acesso em 12 set. 2023.

SIMONI, Jane. Novas economias enraizadas em iniciativas locais. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 179-182, jul/dez 2011. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15488/13786>>. Acesso em 05 mai. 2023.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5246/1/bmt_n.24_economia.pdf>. Acesso em 15 mai. 2023.

SINGER, Paul. **Política Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE: apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento territorial sustentável visando à superação da extrema pobreza.** Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFs.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2023.

SOUZA, Maria Sueli Rodrigues. Posfácio. In: Santos, Antonio Bispo. **Colonização, Quilombos: modos e significados.** Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global.** Rio de Janeiro: DP & A, Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, Hassan. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39. UFRJ, 2010. Disponível em:

<<http://www.revistaoskos.org/seer/index.php/oikos/article/view/196/126>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ANEXO A - PARECER CEP UFRJ

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Por uma Economia do Sentido: Empreendimentos Solidários, Desenvolvimento Local e Bem Viver

Pesquisador: GUSTAVO C M SOUSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71750223.7.0000.5582

Instituição Proponente: Estudos Interdisciplinares em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.436.714

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa traça um diagnóstico participativo de dois empreendimentos econômico-solidários de Paraty (RJ), com o objetivo de investigar suas potencialidades, conquistas, desafios e ameaças. O objetivo da pesquisa é compreender as ações coletivas desempenhadas por estes empreendimentos que contribuem com a superação das crises e a promoção de alternativas econômicas justas e solidárias, capazes de promover um modelo de desenvolvimento local a partir do próprio território e contribuir ao Bem Viver. Trata-se de uma pesquisa participante, com inspirações e inclinações na Investigação Ação Participante (IAP) de Orlando Fals-Borda (1972) para o campo da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as ações coletivas desenvolvidas por empreendimentos econômico-solidários que contribuem com a construção de práticas econômicas alternativas, estimulando o desenvolvimento local participativo e o Bem Viver.

Objetivos Secundários:

- Realizar um diagnóstico participativo das potências, oportunidades, desafios e ameaças de dois

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 6.436.714

empreendimentos econômico-solidários de Paraty;

- Levantar a existência de redes e/ou práticas de colaboração solidária presentes no cotidiano dos coletivos;
- Sistematizar os dados na produção de um material educativo que possa ser compartilhado com os participantes da pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação do pesquisador, a pesquisa proposta apresenta riscos mínimos aos participantes. De todo modo, conflitos de interesse, disputas entre coletivos, reações e sentimentos negativos quando na etapa de conversas direcionadas podem ser experimentados como riscos aos participantes. O coordenador e sua equipe de pesquisa seguirão todos os procedimentos éticos para que situações de risco sejam minimizadas, como previstas no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE).

Já os benefícios estimados aos participantes são de natureza indireta, tais como a compreensão de aspectos de sua própria prática e o reconhecimento das ações coletivas e bem-sucedidas que podem contribuir com a promoção de Bem Viver e com um modelo de desenvolvimento equilibrado, ancorado na valorização dos saberes e fazeres locais. A pesquisa também permitirá, na medida do possível, identificar os efeitos e implicações da articulação em rede para o fortalecimento dos negócios locais, assim como no fomento à economia local e na melhoria de oportunidades no território. Por último, a pesquisa possui benefícios diretos na produção de conhecimento compartilhado para a academia e os participantes da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa me parece bem articulada, de modo geral. Os riscos e benefícios me parecem estimados de maneira coerente e realista.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os arquivos contendo a Folha de Rosto, o Projeto Detalhado e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não há previsão de realização de entrevista ou aplicação de questionário, de modo que inexigíveis, no caso, os respectivos instrumentos.

Recomendações:

Nenhuma

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 6.436.714

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2172051.pdf	06/07/2023 12:21:04		Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_POR_UMA_ECONOMIA_DO_SENTIDO.pdf	06/07/2023 11:17:46	GUSTAVO C M SOUSA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_POR_UMA_ECONOMIA_DO_SENTIDO.pdf	06/07/2023 11:16:23	GUSTAVO C M SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	RCLE_participantes.pdf	06/07/2023 11:14:48	GUSTAVO C M SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_POR_UMA_ECONOMIA_DO_SENTIDO_GUSTAVO_CERQUEIRA.pdf	06/07/2023 11:13:26	GUSTAVO C M SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	gustavo_cerqueira_folha_de_rosto_assinado.pdf	06/07/2023 11:10:48	GUSTAVO C M SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 19 de Outubro de 2023

Assinado por:

**FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
(Coordenador(a))**

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS CONVERSAS DIRECIONADAS

participante 1

Quais valores mobilizam ela a fazer parte de um grupo?
 Por que ser associada?
 Por que voltar à terra da família?
 Por que defender a agricultura orgânica e familiar?
 O que ela traz de valores e experiências para o grupo?
 Quais desafios e facilidades percebeu nesses primeiros meses de associada?

participante 2

Qual a importância de mobilizar agricultores familiares do território?
 Como e por que trazer novas gerações?
 Quais espaços, organizações e parceiros principais a AAPOP tem?
 Quais foram as conquistas recentes? Quais são os planos futuros?
 Quais os principais desafios?
 Falar da visão sobre agricultor trazida pelos ex-alunos

participante 3

Qual o papel da presidenta de uma associação?
 Como ela percebe que sua atuação influencia outras pessoas (e também, outras mulheres) de sua comunidade?
 Como é participar de um grupo, em sua maioria formado por homens?
 O que, como mulher, ela traz de diferente para o coletivo?

participante 4

Histórico de luta e participação em movimentos sociais (sindicatos, reforma agrária, associações e cooperativas)
 Por que acredita em movimentos coletivos?
 O que faz ele estar de saco cheio do grupo? O que fez ele voltar?

participante 5

Por que entrou na AAPOP, motivação?
 Contar seu histórico de trabalho.
 Qual a importância de jovens e qual seu papel no grupo?
 Qual a importância de mulheres em grupo de agricultores?

Questões transversais

Saída de membros
 Mudanças que percebem na agricultura familiar no município nos últimos anos
 Valores e princípios que expressam bem viver
 Ações e práticas coletivas

APÊNDICE B - RCLE

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário ou voluntária da pesquisa “Por uma Economia do Sentido: Empreendimentos Solidários, Desenvolvimento Local e Bem Viver”. Estas informações, que você poderá ler, ou se quiser eu posso ler para você, estão sendo fornecidas para a sua participação voluntária no estudo, que visa contribuir com o campo de conhecimento da Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aprovado pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Sociais (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob o n.6.436.714, de 19 de outubro de 2023. O objetivo deste estudo é compreender as ações coletivas desenvolvidas por empreendimentos econômico-solidários que contribuem com a construção de práticas econômicas alternativas, estimulando o desenvolvimento local participativo e promovendo Bem Viver. Para isso, convidamos você a participar de forma voluntária para uma conversa presencial para aprofundar o entendimento quanto ao funcionamento do empreendimento solidário em que você participa, abordando as estratégias de enfrentamento das crises, as formas de divisão e produção do trabalho, a relação estabelecida com o território e as ações coletivas desenvolvidas que contribuem com o desenvolvimento local. As conversas acontecem após a etapa de participação do pesquisador durante reuniões, encontros e atividades coletivas do empreendimento, que eu chamo de observação participante. Todas as informações coletadas serão analisadas por meio de procedimentos científicos confiáveis. A pesquisa terá duração total de 9 meses, sendo que a conversa dirigida acontecerá somente em 1 dia, a ser definido, conforme o seu interesse e disponibilidade. Você não precisará dispor de outro período para participar da pesquisa, que não seja o seu próprio tempo de participação nas atividades do empreendimento, o que não lhe trará gastos financeiros, como também não lhe pagaremos qualquer quantia ou prêmio para participar – a sua participação será voluntária. Caso você compreenda que isso lhe trará algum prejuízo, de qualquer tipo, você tem a liberdade e o direito em se recusar a participar dessa pesquisa. Durante a coleta de informações você pode sentir algum constrangimento ou desconforto, como algum sentimento ruim, desconfianças ou julgamento. Se isso ocorrer estaremos disponíveis a conversar com você em qualquer momento, de forma individual e sem exposição pública. Do mesmo modo, você pode decidir se retirar do estudo em qualquer etapa sem que isso lhe gere qualquer prejuízo. A coleta de dados e os resultados da pesquisa não trará a você benefícios diretos, a não ser aqueles relacionados a reflexão sobre os seus desafios e poderá gerar implicações futuras para pesquisas científicas. Este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE assegura também que durante a realização da pesquisa, você possa se recusar a responder determinadas perguntas que, por quaisquer motivos, lhe causem constrangimentos de qualquer natureza. O responsável da pesquisa é Gustavo Cerqueira Mendes de Sousa, RG 36244410-9, aluno de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da UFRJ, psicólogo, telefone: (24) 99880-2124, e-mail: gcmsousa@gmail.com, orientado pelo professor Dr. Ricardo Lopes Correia, terapeuta ocupacional e professor do Programa de Pós-Graduação mencionado, telefone (21) 99177-7202, e-mail: ricardo@medicina.ufrj.br. Em qualquer etapa da pesquisa, você terá acesso ao pesquisador responsável, por meio dos contatos descritos acima. Caso estas informações e contatos sejam insuficientes e você tiver qualquer outra consideração ou dúvida sobre a ética desta pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Filosofia e Ciências

Sociais CFCH/UFRJ, Av. Pasteur, 250, CEP: 22290-902, Prédio da Decania do CFCH, Praia Vermelha, 3º andar – sala 30, ou pelo telefone (21) 3938-5167, de segunda a sexta-feira, das 08 às 16 horas, ou por meio do e-mail: cep.cfch@gmail.com. O Comitê de Ética é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos visando à proteção e dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar do participante da pesquisa, sob os preceitos legais de estudos com Seres Humanos no Brasil sob a Resolução 510/2016 e 466/2012 e a Norma Operacional 01/2013, que podem ser acessadas pelo link: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep. Durante toda a pesquisa será mantida a privacidade e a confidencialidade de suas informações coletadas durante a conversa, assim como serão resguardadas qualquer outra informação que possa lhe identificar; não será utilizado seu nome, pois os registros que farei das conversas serão numerados. Se você autorizar, poderei usar somente o nome de seu empreendimento. Suas informações serão guardadas por um período de 5 anos e você poderá ter acesso a elas quando quiser. As informações serão utilizadas somente para a pesquisa e divulgações científicas, como a dissertação de mestrado, artigos e apresentações em congressos e seminários, e somente o pesquisador, o orientador e você terão acesso às informações, assim como membros da equipe de pesquisa devidamente cadastrados e de conhecimento do Comitê de Ética, garantido a responsabilidade deste por suas informações coletadas no questionário.

Após essas informações, preciso que você confirme: Eu fui suficientemente informado a respeito desse estudo acima citado que li ou que foram lidas para mim. Eu receberei uma via deste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE) em meu e-mail registrado, ou receberei uma via impressa e outra ficará com o pesquisador. Ambas serão assinadas por mim e pelo pesquisador responsável, ou poderei ainda registrar meu consentimento em participar desta pesquisa por meio de um vídeo ou qualquer outra forma que eu julgar mais adequada.

Aceito participar da pesquisa () SIM

Nome completo do participante: _____

e-mail: _____

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE C - IMAGENS E REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Imagem 1 - Logo AAPOP



Imagem 2 - Mutirão do coletivo



Imagem 3 - Sede AAPOP



Imagem 4 - Visita a um dos sítios de produção



Imagens 5 e 6 - Pesquisador e líder do coletivo em formação sobre autogestão



Imagens 7 e 8 - Integrantes da AAPOP na formação *Cultivar*